

---

**SAMARCO** 

# Demonstrações Financeiras

2016

---

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

---

---



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas***

Aos Administradores e Acionistas  
Samarco Mineração S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Samarco Mineração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Samarco Mineração S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Samarco Mineração S.A. e da Samarco Mineração S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Samarco Mineração S.A.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras que descreve que devido ao rompimento da barragem do Fundão, em 5 de novembro de 2015, as operações da Companhia foram suspensas e até a data desse relatório não haviam sido retomadas. Essa suspensão afetou a capacidade da Companhia de gerar fluxos de caixa positivos em suas operações. Nesse contexto, as notas explicativas às demonstrações financeiras também descrevem:

- (i) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tem patrimônio líquido negativo de R\$6.922.006 mil, tendo apresentado no exercício de 2016 fluxos de caixa das atividades operacionais consolidados negativos no montante de R\$2.594.828 mil em suas operações consolidadas. Nessa data, seus passivos circulantes consolidados excedem os ativos circulantes consolidados em R\$15.274.670 mil, principalmente em virtude da reclassificação de saldo de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 12.053.168 mil do passivo não circulante para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2016, por conta de condições contratuais (índices financeiros dos *covenants*). Atualmente a Companhia está negociando suas dívidas financeiras com o objetivo de alongar os prazos e reestruturar as condições contratuais.
- (ii) A Companhia está discutindo diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais dos quais é parte. A Companhia firmou o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e alguns outros acordos em algumas ações relevantes. Em vários processos, a Companhia está sujeita a medidas cautelares, como depósitos judiciais compulsórios e bloqueio de contas. Adicionalmente, considerando as incertezas na fase atual dos diversos processos, determinadas provisões foram constituídas baseadas em um intervalo estimado de perdas prováveis, e certos outros valores contabilizados estão sujeitos a incerteza significativa devido a possibilidade de mudanças nas premissas finais e dependência de diversos fatores que não estão exclusivamente sob o controle da Companhia. Assim, os valores contabilizados e as divulgações de perdas possíveis, podem não refletir com segurança as perdas reais, podendo diferir significativamente daqueles contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras.
- (iii) Dada a situação atual do processo de licenciamento, a Companhia ainda não tem condições de apresentar uma estimativa segura em relação à quando suas operações poderão ser retomadas. A obtenção das licenças de instalação e operação são necessárias para permitir a retomada de suas operações.

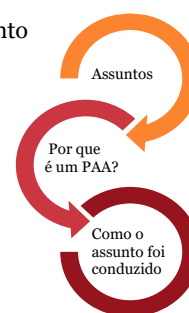
As situações acima mencionadas levantam dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Samarco Mineração S.A.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



#### Porque é um PAA

#### Gastos incorridos e provisões constituídas relacionadas à reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Notas 1(a) e 3 às demonstrações financeiras)

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão impactou de forma relevante as operações da Companhia e sua situação patrimonial e financeira. A Companhia incorreu em gastos relativos às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos danos materiais, ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem, assim como efetuou baixas de determinados ativos relacionados.

Além dos gastos incorridos, a Companhia também registrou provisões, segregadas por programas, e fez divulgações relativas aos desembolsos futuros estimados. As premissas e as bases utilizadas pela administração para constituição dessas provisões foram determinadas com o suporte de consultores externos especializados contratados para tal fim. Uma vez que os valores que serão efetivamente pagos pela Companhia em relação ao rompimento da barragem estão sujeitos a incerteza significativa devido à possibilidade de mudanças nas premissas finais e dependência de diversos fatores que não estão exclusivamente sob o controle da Companhia,

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos:

Obtivemos a composição, por programa, em 31 de dezembro de 2016, da provisão para compensação e recuperação socioambiental e socioeconômica e, com apoio de especialistas, confrontamos essa composição com as definições estabelecidas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC visando verificar a existência de provisão para cada um dos programas.

Para as movimentações da provisão de cada programa obtivemos, em base amostral, a documentação comprobatória dos gastos efetuados e a fundamentação das premissas empregadas na revisão das estimativas para complemento ou redução do valor provisionado. Nessa revisão de estimativas envolvemos ainda nossos especialistas em cálculos financeiros com vistas a revisar a metodologia de cálculo do valor presente das obrigações.



Samarco Mineração S.A.

---

### Porque é um PAA

a determinação das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2016 exigiu um grau de julgamento relevante da administração.

Há também processos administrativos e judiciais impetrados contra a Companhia, até o momento, bem como investigações que vêm sendo conduzidas, tanto pelas autoridades competentes no Brasil quanto por consultores externos contratados pela Companhia e por seus acionistas. Considerando essas incertezas, a definição do intervalo estimado de perdas prováveis e a divulgação de perdas possíveis envolve julgamento significativo, podendo não refletir com segurança as perdas reais.

A magnitude dos valores dos gastos (incorridos e futuros) e a subjetividade na determinação do montante provisionado para os gastos futuros estimados, a qual considera exercício de julgamento relevante pela administração da Companhia, requereu atenção em nosso processo de auditoria.

---

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos relatórios preparados pela administração da Companhia relativos aos processos administrativos e judiciais e de ações civis públicas e, para processos de montante relevante, confrontamos com as confirmações obtidas dos consultores jurídicos da Companhia.

Envolvemos, ainda, nossos especialistas tributários e legais para revisar os processos judiciais e administrativos e ações civis públicas relevantes relacionados ao rompimento da barragem visando obter o entendimento, a partir das fundamentações providas pela administração, sobre se certas reivindicações constantes nos processos movidos contra a Companhia já estavam abrangidas no TTAC.

Envolvemos nossos especialistas forenses em procedimentos relacionados ao entendimento das investigações conduzidas pelos consultores contratados pelos acionistas da Companhia no que se refere aos gastos pagos em decorrência da queda da barragem.

Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Consideramos que as divulgações do assunto nas demonstrações financeiras é consistente com as informações obtidas como resultado dos procedimentos acima.



Samarco Mineração S.A.

---

### Porque é um PAA

---

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

#### Avaliação do valor recuperável do imobilizado (Nota 12.1 às demonstrações financeiras)

Em decorrência da paralização das operações da Companhia em Mariana, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, a Companhia identificou indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e efetuou teste de *impairment* no exercício.

As projeções de resultados realizadas pela administração incluem premissas relacionadas ao retorno das atividades da Companhia, que ainda envolvem incertezas, bem como outras premissas que subsidiam as projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da unidade geradora de caixa, que envolvem julgamentos relevantes e nem sempre objetivos.

A utilização de diferentes premissas poderia resultar em valores relevantemente diferentes dos resultados apurados pela Companhia.

Considerando a magnitude dos saldos do imobilizado e a relevância dos julgamentos, nem sempre objetivos, para a determinação do valor recuperável, consideramos esse assunto como relevante em nosso processo de auditoria.

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos:

Envolvemos nossos especialistas em avaliação de empresas no recálculo das projeções e avaliação dos modelos e premissas empregadas nas projeções de fluxos de caixa futuros.

Na avaliação das premissas adotadas pela administração contidas nas projeções apresentadas, consideramos, sobretudo, o prazo estimado de retorno às operações, bem como as projeções de mercado em relação às taxas de câmbio, projeções de mercado em relação à cotação do preço da pelota de minério de ferro, a estimativa do volume de reservas das minas, a vida útil dos ativos, o crescimento dos custos e a consistência dessas variáveis contidas nas projeções elaboradas pela administração da Companhia.

Também, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas e consideramos que as divulgações do assunto nas demonstrações financeiras, no contexto de relevância das demonstrações financeiras, é consistente com as informações obtidas como resultado dos procedimentos de auditoria adotados.



Samarco Mineração S.A.

---

### Porque é um PAA

---

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

#### Realização do imposto de renda diferido (Nota 28 às demonstrações financeiras)

Durante o exercício, a Companhia mantém saldo consolidado de imposto de renda diferido oriundo de prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis. Na medida em que a administração considera que a Companhia pode não ser capaz de gerar lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização do ativo em um prazo razoável, reconhece redução ao valor de recuperação do ativo diferido. No exercício, foi registrado *impairment* no montante de R\$ 3.036.189 mil, resultando em um valor de imposto de renda diferido passivo, líquido, de R\$ 1.306.470 mil.

Consideramos essa área como foco de auditoria, por se tratar de valores materiais cuja análise de realização envolve julgamentos relevantes e subjetivos para determinar as projeções de lucros tributáveis futuros, inclusive quanto ao prazo para retorno das atividades da Companhia.

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos:

Envolvemos nossos especialistas em temas tributários para nos auxiliar nos recálculos dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e das diferenças temporárias, assim como nossos especialistas de avaliação de empresas no recálculo das projeções e avaliação dos modelos e premissas empregadas nas projeções de resultados futuros.

Adicionalmente, testamos as projeções apresentadas pela administração, executando procedimentos de auditoria descritos acima no PAA “Avaliação do Valor Recuperável do Imobilizado”.

Efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas e consideramos que as divulgações do assunto nas demonstrações financeiras, no contexto de relevância das demonstrações financeiras, é consistente com as informações obtidas como resultado dos procedimentos de auditoria adotados.





Samarco Mineração S.A.

## Outros assuntos

---

### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Samarco Mineração S.A.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Samarco Mineração S.A.


- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

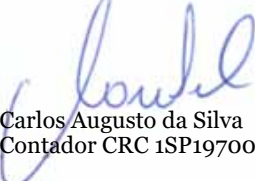
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2017

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

  
Carlos Augusto da Silva  
Contador CRC 1SP197007/O-2 "S" MG

# **SAMARCO MINERAÇÃO S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO  
COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

---

---

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.712	1.799.138	57.652	1.822.801
Aplicações financeiras em caixa restrito	5	235	82.785	256	82.811
Contas a receber	6	16.482	362.384	9.289	190.657
Estoques	7	328.257	522.835	328.257	594.716
Tributos a recuperar	8	112.359	249.602	112.364	249.664
Despesas antecipadas		2.009	11.600	2.168	12.282
Outros ativos	9	26.615	132.904	26.881	133.071
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>533.669</b>	<b>3.161.248</b>	<b>536.867</b>	<b>3.086.002</b>
<b>Não circulante</b>					
Depósitos judiciais	19	1.654.766	1.402.178	1.654.766	1.402.178
Tributos a recuperar	8	76.902	49.217	76.902	49.222
Imposto de renda diferido	28	-	1.373.024	-	1.373.155
Estoques	7	39.488	-	39.488	-
Outros ativos	9	68.036	35.380	68.036	35.475
		<b>1.839.192</b>	<b>2.859.799</b>	<b>1.839.192</b>	<b>2.860.030</b>
Investimentos	10	15.569	69.557	-	-
Imobilizado	12	17.553.440	21.355.934	17.553.812	21.356.302
Intangível	13	90.342	121.126	90.342	121.126
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>19.498.543</b>	<b>24.406.416</b>	<b>19.483.346</b>	<b>24.337.458</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>20.032.212</b>	<b>27.567.664</b>	<b>20.020.213</b>	<b>27.423.460</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	14	284.997	118.706	285.036	116.197
Empréstimos e financiamentos	15	13.378.919	328.243	13.378.919	328.243
Encargos financeiros a pagar	15	359.680	108.388	359.680	108.388
Salários, provisões e contribuições sociais	17	30.898	37.101	30.958	37.336
Tributos a recolher	18	86.167	66.747	86.211	66.866
Provisão para imposto de renda	28	-	6.571	84	6.657
Provisões diversas	20	1.636.058	1.975.145	1.636.058	1.975.145
Outros passivos	21	46.704	64.701	34.591	21.343
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>15.823.423</b>	<b>2.705.602</b>	<b>15.811.537</b>	<b>2.660.175</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	7.572	14.741.919	7.572	14.741.919
Encargos financeiros a pagar	15	1.246	740	1.246	740
Dividendos	22	2.805.548	2.805.548	2.805.548	2.805.548
Provisões para contingências	19	246.729	139.565	246.729	139.565
Imposto de Renda Diferido	28	1.306.582	-	1.306.471	-
Provisões diversas	20	6.008.675	8.551.899	6.008.675	8.551.899
Outros passivos	21	754.441	275.655	754.441	176.878
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>11.130.793</b>	<b>26.515.326</b>	<b>11.130.682</b>	<b>26.416.549</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	22				
Capital social		297.025	297.025	297.025	297.025
Reservas de capital		2.476	2.476	2.476	2.476
Ajustes de avaliação patrimonial		1.682.404	3.589.203	1.682.404	3.589.203
Prejuízo acumulado		(8.903.911)	(5.541.968)	(8.903.911)	(5.541.968)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(6.922.006)</b>	<b>(1.653.264)</b>	<b>(6.922.006)</b>	<b>(1.653.264)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>20.032.212</b>	<b>27.567.664</b>	<b>20.020.213</b>	<b>27.423.460</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receitas	23	208.839	6.481.508	207.056	6.481.508
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(1.055.002)	(3.603.182)	(1.055.029)	(3.603.182)
<b>Lucro bruto</b>		<b>(846.163)</b>	<b>2.878.326</b>	<b>(847.973)</b>	<b>2.878.326</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Vendas	25	(54.108)	(183.512)	(55.973)	(173.767)
Gerais e administrativas	25	(67.404)	(58.374)	(67.404)	(58.374)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	928.246	(10.861.262)	928.239	(10.858.172)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(9.246)	10.670	-	-
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(48.675)</b>	<b>(8.214.152)</b>	<b>(43.111)</b>	<b>(8.211.987)</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	27	207.912	87.413	208.014	87.547
Despesas financeiras	27	(1.454.102)	(738.236)	(1.454.037)	(738.258)
Variações cambiais líquidas	27	619.408	1.130.962	619.331	1.130.692
<b>Prejuízo antes dos impostos sobre renda</b>		<b>(675.457)</b>	<b>(7.734.013)</b>	<b>(669.803)</b>	<b>(7.732.006)</b>
Imposto de renda	28	(2.686.485)	1.897.496	(2.692.139)	1.895.489
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(3.361.942)</b>	<b>(5.836.517)</b>	<b>(3.361.942)</b>	<b>(5.836.517)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(3.361.942)</b>	<b>(5.836.517)</b>
Outros resultados abrangentes		
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	-	-
Ajustes de conversão do exercício	(1.906.163)	1.975.684
Mensuração de obrigações de benefício pós-emprego	(636)	(1.601)
<b>Outros resultados abrangentes para o exercício</b>	<b>(1.906.799)</b>	<b>1.974.083</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(5.268.741)</b>	<b>(3.862.434)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Dividendos	Total	
		Capital social	Correção monetária especial do imobilizado	Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais	Reserva de exaustão	Reserva legal					Reserva de retenção
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		297.025	785	1.681	10	1.517	59.404	233.628	1.615.120	-	2.104.161	4.313.331
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(5.836.517)	-	(5.836.517)
<b>Outros resultados abrangentes</b>												
Ajuste de conversão do exercício, líquido do efeito tributário	22	-	-	-	-	-	-	-	1.975.684	-	-	1.975.684
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	22	-	-	-	-	-	-	-	(1.601)	-	-	(1.601)
<b>Resultado abrangente total</b>		-	-	-	-	-	-	-	1.974.083	-	-	1.974.083
Destinação de dividendos adicional ao mínimo proposto em 2014	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.104.161)	(2.104.161)
Absorção de prejuízos com reservas	22	-	-	-	-	(1.517)	(59.404)	(233.628)	-	294.549	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		297.025	785	1.681	10	-	-	-	3.589.203	(5.541.968)	-	(1.653.264)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.361.942)	-	(3.361.942)
<b>Outros resultados abrangentes</b>												
Ajuste de conversão do exercício, líquido do efeito tributário	22	-	-	-	-	-	-	-	(1.906.163)	-	-	(1.906.163)
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	22	-	-	-	-	-	-	-	(636)	-	-	(636)
<b>Resultado abrangente total</b>		-	-	-	-	-	-	-	(1.906.799)	-	-	(1.906.799)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		297.025	785	1.681	10	-	-	-	1.682.404	(8.903.911)	-	(6.922.005)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Prejuízo antes dos impostos sobre renda		(675.457)	(7.734.013)	(669.803)	(7.732.006)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>					
Depreciação e amortização	12 e 13	185.976	437.416	186.103	437.554
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(4.939)	27.896	(3.632)	27.881
Provisão para revisão de preços	6	(124.666)	(244.072)	(124.666)	(244.072)
Provisão para obsolescência dos estoques	7	3.541	(1.821)	3.541	(1.821)
Provisão para realização dos impostos a recuperar	8	(5.481)	252.548	(5.481)	252.548
Provisão para realização de outros ativos		(374)	(2.505)	(374)	(2.505)
Provisão para contingências	19	107.164	13.973	107.164	13.973
Provisão para outros passivos	3	(2.882.311)	9.979.364	(2.882.311)	9.976.928
Provisão para perda de imobilizado (barragem de Fundão)	12	(1.145)	216.817	(1.145)	216.817
Perda de ativo imobilizado	12	(20)	1.235	(19)	1.235
Equivalência patrimonial	10	9.246	(10.670)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos		501.362	508.199	501.362	508.199
Variação cambial - ativos e passivos		(681.935)	689.593	(681.802)	702.023
		<b>(3.569.039)</b>	<b>4.133.960</b>	<b>(3.571.063)</b>	<b>4.156.754</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>					
Aplicações financeiras em caixa restrito		82.550	(82.785)	82.555	(82.791)
Contas a receber de clientes		475.507	497.984	309.666	662.798
Estoques		61.539	16.918	133.420	(54.963)
Tributos a recuperar		101.590	(247.191)	101.668	(248.592)
Depósitos judiciais		(252.588)	(696.977)	(252.588)	(696.977)
Despesas antecipadas		9.593	(2.474)	10.114	(2.287)
Distribuição de Dividendos - Controladas		31.111	-	-	-
Outros ativos		87.660	(67.266)	74.004	(69.827)

&gt;&gt; CONTINUA

&gt;&gt; CONTINUAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>					
Fornecedores		166.291	(230.073)	168.838	(231.566)
Impostos a recolher		19.420	4.454	19.345	4.486
Salários, provisões e contribuições sociais		(6.203)	(5.928)	(6.378)	(5.851)
Imposto de renda pago	28	-	-	(5.656)	(710)
Pagamento de juros		(249.564)	(488.751)	(249.564)	(488.751)
Outros passivos		460.789	(22.305)	590.811	(136.116)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>(2.581.344)</b>	<b>2.809.566</b>	<b>(2.594.828)</b>	<b>2.805.607</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aquisição de imobilizado e intangível	12 e 13	57.449	(424.057)	57.210	(424.057)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		476	123	476	123
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>57.925</b>	<b>(423.934)</b>	<b>57.686</b>	<b>(423.934)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captação de financiamentos – terceiros e acionistas		913.010	1.563	913.010	1.563
Pagamento de financiamentos		(142.213)	(1.760.511)	(142.213)	(1.760.511)
Pagamento de dividendos	22	-	(918.549)	-	(918.549)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>770.797</b>	<b>(2.677.497)</b>	<b>770.797</b>	<b>(2.677.497)</b>
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		1.196	977	1.196	976
<b>Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.751.426)</b>	<b>(290.888)</b>	<b>(1.765.149)</b>	<b>(294.848)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.799.138	2.090.026	1.822.801	2.117.649
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		47.712	1.799.138	57.652	1.822.801
		<b>(1.751.426)</b>	<b>(290.888)</b>	<b>(1.765.149)</b>	<b>(294.848)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	212.674	6.638.101	210.891	6.638.101
Outras receitas	14.229	7.334	14.229	7.334
Receitas relativas à construção de ativos próprios	57.211	477.103	57.211	477.113
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	4.939	(27.896)	3.632	(27.881)
	<b>289.053</b>	<b>7.094.642</b>	<b>285.963</b>	<b>7.094.667</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(727.941)	(3.745.026)	(714.295)	(3.737.396)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.061.581	(10.624.920)	1.061.299	(10.612.158)
Perda de valores ativos	(3.167)	(132.149)	(3.167)	(132.149)
	<b>330.473</b>	<b>(14.502.095)</b>	<b>343.837</b>	<b>(14.481.703)</b>
<b>Valor bruto</b>	<b>619.526</b>	<b>(7.407.453)</b>	<b>629.800</b>	<b>(7.387.036)</b>
Depreciação e amortização	(185.975)	(437.416)	(186.103)	(437.554)
<b>Valor líquido produzido pela Companhia</b>	<b>433.551</b>	<b>(7.844.869)</b>	<b>443.697</b>	<b>(7.824.590)</b>
<b>Valor recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(9.246)	10.670	-	-
Receitas financeiras	1.505.263	2.490.131	1.505.259	2.490.205
	<b>1.496.017</b>	<b>2.500.801</b>	<b>1.505.259</b>	<b>2.490.205</b>
<b>Valor total a distribuir</b>	<b>1.929.568</b>	<b>(5.344.068)</b>	<b>1.948.956</b>	<b>(5.334.385)</b>
<b>Distribuição do valor</b>	<b>1.929.568</b>	<b>(5.344.068)</b>	<b>1.948.956</b>	<b>(5.334.385)</b>
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta	254.551	253.629	264.408	258.767
Benefícios	134.785	93.217	138.669	95.371
FGTS	14.318	19.760	14.318	19.760
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	(289.584)	(1.886.951)	(283.765)	(1.884.663)
Estaduais	5.998	(81.105)	5.920	(81.233)
Municipais	3.208	83.751	3.208	83.751
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>				
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)	2.132.045	2.010.148	2.131.951	2.010.379
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Prejuízo do exercício	(325.753)	(5.836.517)	(325.753)	(5.836.517)

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Samarco Mineração S.A. ("Samarco", "Companhia" ou "Controladora"), empresa de capital fechado, é uma joint venture entre a Vale S.A. ("Vale") e a BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHP Billiton" ou "BHP") e possui sede em Belo Horizonte – Minas Gerais (MG). A Samarco opera um empreendimento integrado localizado em Germano/Alegria, no município de Mariana, MG, que compreende a lavra, o beneficiamento e a concentração de minério de ferro de baixo teor bem como a movimentação desse minério concentrado por minerodutos, ligando as duas unidades operacionais da Companhia, de Minas Gerais ao Espírito Santo (ES). Na unidade de Ponta Ubu, no município de Anchieta, ES, ocorrem os processos de pelotização – transformação do minério concentrado em pelotas, nosso principal produto, e de escoamento da produção por terminal marítimo próprio (Anchieta, ES). A produção é comercializada, substancialmente, no mercado externo.

As jazidas de minério de propriedade da Samarco, anterior ao rompimento da barragem de Fundão em Novembro de 2015, foram baseadas em recursos minerais localizadas nos municípios de Mariana e Ouro Preto, MG, que compreendiam, recursos minerais da ordem de 7.4 bilhões de toneladas (não auditado). De acordo com o contexto técnico e econômico e considerando o recurso mineral e suas características peculiares, as reservas recuperáveis (ou lavráveis) encontravam-se na ordem de 2.9 bilhões de toneladas (não auditado) até outubro de 2015.

Após o rompimento da barragem de rejeitos Fundão, em Novembro de 2015, e a suspensão temporária, mas em curso, das operações nas áreas Germano/Alegria, a Companhia está revendo as reservas da operação. Nestas circunstâncias, a Samarco não está neste momento em posição de informar ou confirmar reservas em 31 de dezembro de 2016. No entanto, à medida que a empresa trabalha para um cenário de "start-up", e obtém a permissão necessária para isso, espera-se que as reservas de minério sejam novamente declaradas.

### a) Rompimento da barragem de Fundão

Conforme detalhado na Nota 3, em novembro de 2015, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, as operações em Germano/Alegria ("complexo de Mariana"), foram temporariamente suspensas por determinação de órgãos

governamentais - SEMAD (Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). A Companhia vem trabalhando para atender às exigências legais estabelecidas pelas respectivas autoridades sobre os impactos sociais e ambientais causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão.

Em 02 de março de 2016, a Samarco e seus acionistas, Vale e BHP, firmaram Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, ("Acordo" ou "TTAC"), nos autos da Ação Civil Pública movida pela União e outros, nº0069758-61.2015.4.01.3400, em curso perante a 12ª Vara Federal em Belo Horizonte/MG, para determinar as medidas e ações para reparar e compensar os danos socioeconômicos e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Atendendo ao TTAC, a Samarco, a Vale e a BHP instituíram uma Fundação com a finalidade de desenvolver e implementar programas ambientais e socioeconômicos para reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. A Samarco é a responsável por fornecer os recursos à Fundação, sujeito ao cronograma e outras condições estabelecidas em tal instrumento. Na medida em que a Samarco não cumpra as suas obrigações de financiamento no âmbito do Acordo, tanto a Vale quanto a BHP têm obrigações de financiamento seguindo o que estabelece o Acordo na proporção da sua participação de 50% cada na Samarco.

A Fundação Renova ("Fundação") foi constituída pela Samarco e seus acionistas e iniciou suas operações em 2 de agosto de 2016. O Acordo já é efetivo entre as partes, embora sua ratificação judicial tenha sido cancelada pelo Superior Tribunal de Justiça. A decisão de homologação do Acordo deve agora ser analisada e ratificada pela 12ª Vara Federal de Justiça. Entretanto, a Samarco continuará apoiando a recuperação de longo prazo das comunidades e do meio ambiente afetados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Em 18 de janeiro de 2017, o Ministério Público Federal, Samarco e seus acionistas assinaram um acordo preliminar, conforme explicado na Nota 3(h). Este acordo, quando concluído, é um passo importante para a homologação do TTAC que será feita pelo 12ª Vara Federal de Justiça.

Atualmente, a Samarco ainda não está autorizada a retomar suas atividades de mineração e processamento. Em 23 de junho de 2016, a Samarco apresentou o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA / RIMA) à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD). Em dezembro de 2016 foram realizadas audiências públicas – coordenadas pela SEMAD - nos municípios de Mariana e Ouro Preto. Esses estudos e audiências fazem parte do processo de licenciamento para utilização de cava para a deposição de rejeitos. As demais estruturas do Complexo de Germano serão objeto de uma Licença Operacional Corretiva (LOC), que também será analisada pela SEMAD. Os estudos necessários estão em fase final, e a Companhia irá protocolar o requerimento imediatamente após a sua conclusão.

Dada a situação atual do processo de licenciamento, a Samarco não tem condições de apresentar uma estimativa confiável de como e quando suas operações serão retomadas. No entanto, a Administração vem conduzindo discussões e tomando as ações necessárias junto aos órgãos responsáveis visando o retorno de suas operações. Os insuficientes recursos de caixa disponíveis para o cumprimento de suas obrigações, juntamente com as incertezas quanto ao momento em que a Companhia retomará suas operações, criaram um desafio significativo em relação à liquidez em caixa de curto prazo. Os acionistas manifestaram publicamente quanto ao suporte financeiro no montante total de R\$1.640.000, para gastos previstos no segundo semestre do exercício de 2017.

Considerando o exposto, a Vale e a BHP foram acionadas para cumprir as obrigações da Samarco no âmbito do Acordo. No total, Vale e BHP contribuíram com R\$1.390.000, divididos entre aportes à Fundação e empréstimos de curto prazo à Samarco. O aporte a Fundação visa a continuidade dos programas de reparação e compensação no âmbito do Acordo. E os empréstimos de curto prazo apoiarão os trabalhos de remediação, estabilização das barragens e as necessidades de capital de giro da Samarco. Os recursos são liberados para a Fundação e para Samarco conforme necessidade e quando atendidos os marcos estabelecidos.

Conforme mencionado na Nota 3 (h), como resultado do rompimento da barragem, a Companhia é parte em vários processos judiciais e administrativos, cíveis, ambientais e trabalhistas, para os quais a Companhia não pode estimar de forma confiável os resultados e consequências finais.

#### **b) Continuidade (Going Concern)**

As principais operações da Samarco consistem no empreendimento integrado de mineração, beneficiamento e concentração de minério de ferro de baixa qualidade no município de Mariana, no Estado de Minas Gerais, bem como no transporte desse minério concentrado das usinas da Companhia localizadas em Minas Gerais para as plantas de pelotização no Espírito Santo, através de minerodutos.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015 descrito na nota 1(a) 'Rompimento da

barragem de Fundão' e Nota 3 'Evento significativo - rompimento da barragem de Fundão', as operações de extração e transformação foram suspensas temporariamente. Isso afetou significativamente a capacidade da Companhia de gerar fluxos de caixa positivos e cumprir suas obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui patrimônio líquido negativo em R\$6.922.006 na Controladora e no Consolidado e o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$15.289.754 na Controladora e R\$15.274.670 no Consolidado. Para o exercício de 2016, a Companhia também reconheceu fluxos de caixa negativos de operações de R\$2.581.344 na Controladora e R\$2.594.830 no Consolidado.

Conforme divulgado na Nota 15, "Empréstimos e Financiamentos", as condições contratuais vinculadas a determinadas obrigações de dívida não foram cumpridas. Consequentemente, a Companhia reclassificou R\$12.053.168 de empréstimos e financiamentos de não circulante para passivo circulante. A Companhia possui empréstimos e financiamentos totais (incluindo encargos financeiros a pagar) de R\$13.747.417 (31 de dezembro de 2015 R\$15.179.290), dos quais R\$13.738.599 (31 de dezembro de 2015 R\$436.631) estão classificados como circulante em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia está atualmente negociando com seus credores com o objetivo de reestruturar as condições existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, em razão de sua condição financeira atual.

Adicionalmente, a Samarco também é parte em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais, conforme divulgado na Nota 3 (h) "Evento Significativo - Rompimento da Barragem de Fundão. A Samarco negociou o TTAC e outros acordos, em algumas ações relevantes, o que criou novos passivos financeiros para a Companhia. Além disso, em vários desses processos, a Companhia está sujeita a medidas cautelares, como depósitos judiciais compulsórios e bloqueio de contas, o que pode afetar ainda mais a sua disponibilidade de caixa. Resultados desfavoráveis relacionados a esses litígios existentes podem agravar significativamente a posição patrimonial da Companhia.

Considerando o exposto acima, Vale e BHP foram chamadas a cumprir as atuais obrigações da Samarco no âmbito do TTAC e a apoiar suas operações por meio de empréstimos de curto prazo cujos aportes totalizaram R\$1.390.000 (US\$421.000) durante o ano de 2016. No primeiro semestre de 2017, foram realizados aportes pelos acionistas nos montantes de R\$440.000 (US\$137.097) na Fundação Renova e R\$1.031.758 (US\$325.005) na Samarco, sendo esse último subdividido em R\$583.423 (US\$183.000) para suportar as atividades operacionais da Companhia e R\$448.336 (US\$142.000) para arcar com as despesas dos programas do TTAC ainda sob a tutela da Samarco. No segundo semestre de 2017, espera-se que contribuam com adicionais R\$1.040.000 (US\$313.000)

para financiamento direto à Fundação, para continuidade de execução dos programas de reparação e compensação, e outros R\$600.000 (US\$187.000) para empréstimos de curto prazo à Samarco, dos quais R\$488.000 (US\$152.000) destinados para suportar as necessidades operacionais e R\$112.000 (US\$35.000) para fazer frente aos programas do TTAC ainda sob a tutela da Samarco. Os empréstimos de curto prazo permitirão que a Samarco continue a realizar trabalhos de reparação, estabilização e para apoiar suas operações. Os empréstimos da Vale e da BHP à Samarco, serão depositados para a Samarco somente conforme exigido e sujeitos à aprovação de orçamento proposto para o período em que os montantes serão destinados. Além disso, a Samarco não obteve qualquer outro compromisso formal de financiamento da Vale ou da BHP e atualmente não tem formas alternativas de financiamento.

Para retomada de suas operações a Samarco está buscando os licenciamentos ambientais necessários nos órgãos competentes, seguindo a legislação vigente. Para tal a Companhia desenvolveu o projeto SDR Cava de Alegria Sul que propõe, como ação temporária e de curto prazo, o uso de Alegria Sul, que possui capacidade de aproximadamente 17 Mm<sup>3</sup>, para disposição de rejeitos minerários. Esse projeto prevê ainda, a utilização da pilha de estéril de Alegria Sul para disposição temporária de minério e definitiva de estéril.

Para esses fins, a Companhia está solicitando Licença Prévia e Licença de Instalação (LP + LI), de maneira concomitante, após a obtenção das quais haverá um período de obras e preparação da cava para, posteriormente, ser solicitada Licença de Operação (LO) adjacente ao processo de obtenção da Licença Operacional Corretiva (LOC).

O processo de licenciamento LP + LI se encontra em fase final e, para que seja pautado na Câmara Técnica Especializada de Proteção à Biodiversidade e Áreas Protegidas (CPB) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Governo de Minas Gerais, à qual cabe a votação dessas licenças, a Samarco aguarda a obtenção da anuência do Parque Nacional do Gandarela, visto que o projeto se encontra na zona de amortecimento desta Unidade de Conservação. As anuências de demais órgãos intervenientes já foram obtidas, a exemplo da Floresta Estadual do Uaimii (FLOE Uaimii), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA-MG), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA).

Ainda em relação ao licenciamento, após a suspensão das licenças ambientais e demais atos autorizativos que sustentavam as operações do Complexo Germano, ocorreu a convocação da Samarco para promover o Licenciamento Operacional Corretivo (LOC) de todas as atividades que compõem o processo produtivo do Complexo Germano e das obras e intervenções emergenciais, em decorrência do rompimento da Barragem do Fundão. Para que seja possível protocolar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório

de Estudo Ambiental (RIMA) da LOC, são necessárias as declarações de conformidade dos municípios envolvidos, que já foram obtidas. A Samarco aguarda agora a finalização de definições internas para protocolar os estudos e iniciar o processo de licenciamento junto aos órgãos responsáveis.

A Samarco considera que a retomada das operações é essencial para que a Companhia possa continuar seu negócio. No entanto o retorno das operações depende da resolução de fatores que estão fora do seu controle, conforme descrito abaixo:

- Obtenção das licenças de instalação e operação necessárias para permitir uma retomada das operações de forma segura.
- Renegociação satisfatória das obrigações e condições de dívida com seus credores.
- Financiamento adequado para apoiar as operações antes e durante o reinício.

No caso da combinação necessária dos eventos acima não ocorrer, a Companhia pode não ser capaz de continuar suas operações e, portanto, não pode realizar seus ativos e cumprir suas obrigações no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras não incluem ajustes que resultariam se a Companhia não puder continuar operando.

#### c) Participações societárias da Companhia

A Samarco participa nas seguintes empresas, e em conjunto com as mesmas é denominada Grupo.

- **Samarco Iron Ore Europe B.V. ("Samarco Europe") - participação direta de 100%** - sediada na Holanda, constituída em 13 de outubro de 2000, com o objetivo de prestar serviços de operações de *marketing* e vendas de minério de ferro produzido pela Samarco. Adicionalmente efetua suporte aos clientes por meio de seminários técnicos e estudos de mercado.
- **Samarco Asia Ltd. ("Samarco Asia") - participação indireta de 100%** - sediada em Hong Kong, adquirida em 10 de julho de 2001 pela Samarco Europe, com o objetivo de prestar serviços de *marketing* e vendas por meio de representação comercial na região do Pacífico Asiático.
- **Samarco Finance Ltd. ("Samarco Finance") - participação direta de 100%** - sediada nas Ilhas Cayman, constituída em 21 de fevereiro de 2000, com o objetivo de otimizar as operações de comércio exterior da Companhia, visando promover a exportação (revenda) de minério de ferro adquirido da Companhia para clientes designados e, também, como via de captação de recursos financeiros no mercado internacional para posterior repasse à Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 22 de Agosto de 2017.



## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

#### (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia efetue julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A demonstração do valor adicionado foi preparada conforme o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, e por ser apenas requerida para companhias abertas, foi apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

#### (b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não houve alterações ou novos pronunciamentos e interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 que tiveram impactos relevantes para a Companhia.

### 2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo.

#### (i) Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica é constituída quando da identificação de uma área impactada ou requerimento de reparação de danos cíveis incorridos, que geram uma obrigação presente para a Companhia. Este processo envolve estimativas complexas na determinação do montante de desembolso futuro esperado pela Administração e seus consultores externos, conforme divulgado na Nota 3.

#### (ii) Imposto de renda

O Imposto de renda (corrente e diferido) é calculado de acordo com interpretações decorrentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro a qual é baseada em fluxos de caixa futuros.

#### (iii) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia anualmente para os ativos com vida útil definida, a existência de indicadores de impairment, e em havendo indicadores a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis, segregados por unidade geradora de caixa, é testada. Usualmente é utilizado o critério do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

#### (iv) Reservas minerais e vida útil das minas

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização,



reconhecidos nas demonstrações financeiras. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação e das análises de *impairment*.

Após o rompimento da barragem de rejeitos Fundão, em Novembro de 2015 e a suspensão temporária das operações nas áreas Germano / Alegria, a Companhia está revendo recursos e reservas da operação.

#### **(v) Desmobilização de ativos**

A Companhia reconhece obrigação para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A referida provisão é apurada considerando o valor presente dos fluxos de caixa necessários para a desmobilização dos ativos. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

#### **(vi) Provisão para contingências**

As contingências são analisadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado.

### **2.3 Consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que incluem as demonstrações financeiras das controladas, foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e os dispositivos legais aplicáveis. Saldos, quaisquer receitas, despesas e lucros não realizados e derivados de transações intragrupos são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

#### **(a) Controladas**

Compreendem todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na entidade e pode influenciar os seus retornos devido ao poder que exerce sobre elas. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

#### **(b) Operações controladas em conjunto**

Uma operação controlada em conjunto é um empreendimento conjunto que envolve o uso de ativos e outros recursos dos empreendedores. Cada empreendedor utiliza seus próprios recursos em busca de operações conjuntas. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizadas individualmente nas demonstrações financeiras. A Companhia possui participação de 49% na Usina Hidrelétrica de Guilman-Amorim, sendo que os 51% restantes da operação conjunta pertencem ao parceiro Arcelor Mittal Brasil S.A..

### **2.4 Conversão de moeda estrangeira**

#### **(a) Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo foram mensurados em dólares norte-americanos (US\$) que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que operam, geram e consomem caixa.

#### **(b) Moeda de apresentação**

Em atendimento a legislação brasileira, essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos, utilizando-se a taxa de fechamento na data do respectivo balanço.
- Contas de resultado, resultado abrangente, demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado pelas taxas das datas das transações.
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referida são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial".

#### **(c) Transações e saldos**

As operações em moedas diferentes da moeda funcional da Companhia são convertidas para a sua moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados às operações em moedas diferentes da moeda funcional são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na moeda funcional US\$, estão demonstradas a seguir:

## BALANÇO PATRIMONIAL – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	14.625	460.803	17.675	466.865
Aplicações financeiras em caixa restrito	72	21.205	79	21.211
Contas a receber	5.052	92.812	2.846	48.829
Estoques	100.739	133.916	100.739	152.322
Tributos a recuperar	34.482	63.932	34.483	63.948
Despesas antecipadas	617	2.972	665	3.146
Outros ativos	8.160	34.035	8.291	34.075
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>163.747</b>	<b>809.675</b>	<b>164.778</b>	<b>790.396</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Depósitos judiciais	507.754	359.114	507.754	359.114
Tributos a recuperar	23.600	12.606	23.600	12.607
Imposto de renda diferido	-	351.679	-	351.712
Estoques	12.118	-	12.118	-
Outros ativos	20.880	9.060	20.880	9.089
	<b>564.352</b>	<b>732.459</b>	<b>564.352</b>	<b>732.522</b>
Investimentos	4.778	17.816	-	-
Imobilizado	5.388.469	5.469.990	5.388.583	5.470.084
Intangível	26.226	31.025	26.226	31.025
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>5.983.825</b>	<b>6.251.290</b>	<b>5.979.161</b>	<b>6.233.631</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>6.147.572</b>	<b>7.060.965</b>	<b>6.143.939</b>	<b>7.024.027</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores	87.450	30.411	87.459	29.771
Empréstimos e financiamentos	4.105.852	84.074	4.105.852	84.074
Encargos financeiros a pagar	110.382	27.762	110.382	27.762
Salários, provisões e contribuições sociais	9.497	9.517	9.515	9.577
Tributos a recolher	26.444	17.097	26.459	17.128
Provisão para imposto de renda	-	1.683	26	1.705
Provisões diversas	502.089	505.903	502.089	505.903
Outros passivos	14.305	16.580	10.639	5.469
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.856.019</b>	<b>693.027</b>	<b>4.852.421</b>	<b>681.389</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	2.324	3.775.913	2.324	3.775.913
Encargos financeiros a pagar	383	189	383	189
Dividendos	860.994	718.597	860.994	718.597
Provisão para contingência	75.724	35.753	75.724	35.753
Imposto de Renda Diferido	400.977	-	400.942	-
Provisões diversas	1.844.007	2.190.435	1.844.007	2.190.435
Outros passivos	231.529	70.607	231.529	45.307
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>3.415.938</b>	<b>6.791.494</b>	<b>3.415.903</b>	<b>6.766.194</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	409.774	409.774	409.774	409.774
Reservas de capital	1.619	1.619	1.619	1.619
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.115)	(920)	(1.115)	(920)
Prejuízo acumulado	(2.534.662)	(834.029)	(2.534.662)	(834.029)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(2.124.385)</b>	<b>(423.556)</b>	<b>(2.124.385)</b>	<b>(423.556)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>6.147.572</b>	<b>7.060.965</b>	<b>6.143.939</b>	<b>7.024.027</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas	54.992	2.017.480	53.827	2.017.480
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(305.237)	(1.086.192)	(305.237)	(1.086.192)
<b>Lucro bruto (prejuízo)</b>	<b>(250.245)</b>	<b>931.288</b>	<b>(251.410)</b>	<b>931.288</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Vendas	(18.604)	(58.967)	(18.972)	(55.919)
Gerais e administrativas	(19.687)	(17.654)	(19.687)	(17.655)
Outras despesas operacionais, líquidas	(275.896)	(2.621.442)	(275.899)	(2.623.387)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.247)	379	-	-
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(567.679)</b>	<b>(1.766.396)</b>	<b>(565.968)</b>	<b>(1.765.673)</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	60.975	26.166	61.003	26.205
Despesas financeiras	(444.206)	(204.023)	(444.185)	(204.029)
Variações cambiais, líquidas	175.734	370.277	175.722	370.193
<b>Prejuízo antes dos impostos sobre renda</b>	<b>(775.176)</b>	<b>(1.573.976)</b>	<b>(773.428)</b>	<b>(1.573.304)</b>
Imposto de renda	(925.459)	575.462	(927.206)	574.790
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.700.634)</b>	<b>(998.514)</b>	<b>(1.700.634)</b>	<b>(998.514)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – US\$

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.700.634)</b>	<b>(998.514)</b>
Outros resultados abrangentes		
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	-	-
Mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(195)	(426)
<b>Outros resultados abrangentes para o exercício</b>	<b>(195)</b>	<b>(426)</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(1.700.829)</b>	<b>(998.940)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – US\$

	Reservas de capital				Reservas de lucros						
	Capital social	Correção monetária especial do imobilizado	Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais	Reserva de exaustão	Reserva legal	Reserva de retenção	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Dividendos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	409.774	-	1.616	3	935	38.538	125.012	(494)	-	1.048.831	1.624.215
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(998.514)	-	(998.514)
<b>Outros resultados abrangentes</b>											
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(426)	-	-	(426)
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	(426)	-	-	(426)
Destinação de dividendos adicional ao mínimo proposto em 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.048.831)	(1.048.831)
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	-	-	(935)	(38.538)	(125.012)	-	164.485	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	409.774	-	1.616	3	-	-	-	(920)	(834.029)	-	(423.556)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.700.634)	-	(1.700.634)
<b>Outros resultados abrangentes</b>											
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(195)	-	-	(195)
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	(195)	-	-	(195)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	409.774	-	1.616	3	-	-	-	(1.115)	(2.534.662)	-	(2.124.385)

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes dos impostos sobre renda	(775.176)	(1.573.976)	(773.428)	(1.573.304)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	88.700	221.670	88.751	221.730
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	165	6.517	567	6.509
Provisão para revisão de preços	(31.931)	(106.922)	(31.931)	(106.922)
Provisão para obsolescência dos estoques	1.461	(1.579)	1.461	(1.579)
Provisão para realização dos impostos a recuperar	74.699	(86.130)	74.699	(86.130)
Provisão para realização de outros ativos	(49)	(1.098)	(49)	(1.098)
Provisão para contingências	39.972	(11.672)	39.972	(11.672)
Constituição de provisão para outros passivos	(350.242)	2.490.103	(350.242)	2.490.103
Constituição de provisão para perda de imobilizado	(312)	95.677	(312)	95.677
Perda de ativo imobilizado e intangível	36	763	36	761
Equivalência patrimonial	3.247	(379)	-	-
Juros sobre financiamentos	152.511	140.486	152.511	140.486
Variação cambial – ativos e passivos	(148.954)	(361.924)	(148.957)	(361.946)
	<b>(945.873)</b>	<b>811.536</b>	<b>(946.922)</b>	<b>812.615</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>				
Aplicações financeiras em caixa restrito	21.132	(21.204)	21.132	(21.203)
Contas a receber de clientes	119.996	249.962	77.817	291.345
Estoques	19.598	40.526	38.005	22.120
Tributos a recuperar	29.007	(124.587)	29.002	(124.574)
Depósitos judiciais	(148.640)	(93.153)	(148.640)	(93.153)
Distribuição de Dividendos - Controladas	9.791	-	-	-
Despesas antecipadas	2.908	304	3.033	455
Outros ativos	66.454	(108.479)	66.391	(109.413)

>> CONTINUAÇÃO

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	55.610	(99.928)	56.259	(100.186)
Impostos a recolher	9.348	35.620	9.331	35.618
Salários, provisões e contribuições sociais	(1.715)	(1.645)	(1.757)	(2.561)
Imposto de renda pago	(0)	-	(1.723)	(691)
Pagamento de juros	(69.837)	(139.871)	(69.837)	(139.871)
Outros passivos	146.670	(21.901)	179.417	(47.641)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(685.551)</b>	<b>527.180</b>	<b>(688.492)</b>	<b>522.860</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.250)	(78.719)	(2.320)	(78.740)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	146	32	146	32
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.104)</b>	<b>(78.687)</b>	<b>(2.174)</b>	<b>(78.708)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de financiamentos – terceiros e acionistas	280.038	531	280.038	531
Pagamento de financiamentos	(38.839)	(477.919)	(38.839)	(477.919)
Pagamento de dividendos	-	(297.785)	-	(297.785)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>241.199</b>	<b>(775.173)</b>	<b>241.199</b>	<b>(775.173)</b>
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	278	475	277	476
<b>Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(446.178)</b>	<b>(326.205)</b>	<b>(449.190)</b>	<b>(330.545)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	460.803	787.008	466.865	797.410
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14.625	460.803	17.675	466.865
	<b>(446.178)</b>	<b>(326.205)</b>	<b>(449.190)</b>	<b>(330.545)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	56.138	2.062.758	54.973	2.062.758
Outras receitas	4.275	2.288	4.275	2.288
Receitas relativas à construção de ativos próprios	2.320	95.413	2.320	95.415
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(165)	(6.517)	(567)	(6.509)
	<b>62.568</b>	<b>2.153.942</b>	<b>61.001</b>	<b>2.153.952</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(196.447)	(1.080.735)	(195.301)	(1.078.477)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(124.973)	(2.603.127)	(124.846)	(2.602.139)
Perda/recuperação de valores ativos	(2.125)	(66.978)	(2.125)	(66.978)
	<b>(323.545)</b>	<b>(3.750.840)</b>	<b>(322.272)</b>	<b>(3.747.594)</b>
<b>Valor bruto</b>	<b>(260.977)</b>	<b>(1.596.898)</b>	<b>(261.271)</b>	<b>(1.593.642)</b>
Depreciação e amortização	(88.700)	(221.670)	(88.751)	(221.730)
<b>Valor líquido produzido pela Companhia</b>	<b>(349.677)</b>	<b>(1.818.568)</b>	<b>(350.022)</b>	<b>(1.815.372)</b>
<b>Valor recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(3.247)	379	-	-
Receitas financeiras	429.675	781.565	429.681	781.589
	<b>426.428</b>	<b>781.944</b>	<b>429.681</b>	<b>781.589</b>
<b>Valor total a distribuir</b>	<b>76.751</b>	<b>(1.036.624)</b>	<b>79.659</b>	<b>(1.033.783)</b>
<b>Distribuição do valor</b>	<b>76.751</b>	<b>(1.036.624)</b>	<b>79.659</b>	<b>(1.033.783)</b>
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta	75.000	73.487	75.854	74.881
Benefícios	39.307	28.231	39.622	28.880
FGTS	4.149	5.908	4.149	5.908
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	11.107	(572.604)	12.902	(571.847)
Estaduais	77.950	(186.142)	77.926	(186.176)
Municipais	925	23.819	925	23.819
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>				
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)	637.172	589.191	637.140	589.266
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Prejuízo do exercício	(768.859)	(998.514)	(768.859)	(998.514)



## 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data efetiva da aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Não incluem caixa restrito por decisão judicial.

## 2.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, outros ativos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos.

### (a) Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o Método da Taxa Efetiva de Juros.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não detém instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

### (b) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### (c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros apresenta perda no valor recuperável. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros tem perda no valor recuperável e incorre-se em perda no valor recuperável apenas se existir evidência objetiva de perda no valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser estimado com segurança.

O montante de perda no valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados

descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

## 2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços, e são inicialmente reconhecidos pelo valor presente, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, quando aplicável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber, com base na avaliação individual dos créditos e da situação financeira de cada cliente, inclusive seu histórico de relacionamento com a Companhia.

A provisão para redução de preço de vendas é constituída com base na volatilidade do mercado de minério de ferro no cenário mundial. Baseado na tendência de queda do preço de minério de ferro. A Administração realiza avaliação individual dos contratos de cada cliente e constitui provisão no montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

## 2.8 Estoques

São avaliados ao custo médio de compras ou produção, que não excede aos valores de mercado ou de realização.

A Samarco utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

## 2.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras das empresas investidas. As demonstrações financeiras de investimentos sediados no exterior foram elaboradas adotando-se as práticas contábeis compatíveis com as observadas pela Companhia. As controladas possuem a mesma moeda funcional da controladora, o Dólar norte-americano.

## 2.10 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e inclui os encargos financeiros capitalizados.

São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual ele está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou são consequência de usá-lo durante determinado período.

A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso. Para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas a depreciação é calculada com base no método das unidades produzidas. Para os restantes a depreciação é calculada com base no método de depreciação e amortização linear considerando os anos descritos na Nota 12.

Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, sendo registrados de forma líquida em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais e a vida útil são revisados e ajustados, se necessários, a cada exercício social.

### 2.11 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente compreendem os direitos de passagem, direitos minerários e softwares e são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas referentes ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada, conforme Nota 13 e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

### Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério

O custo de estéril (custos associados à remoção de estéril e outros resíduos) incorrido durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, é capitalizado como parte do custo depreciável do ativo em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina, baseado nas reservas provadas e prováveis.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

### 2.12 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros de vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há

indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos que tem uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes, por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado do período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados, no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, dada suspensão das atividades do complexo de Mariana, a partir de novembro de 2015, e ao incremento nos custos esperados com reparação socioambiental e socioeconômica, a Administração efetuou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*), conforme divulgado na Nota 12.

### 2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### 2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos quando é provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### **2.15 Provisão para contingências**

Obrigações presentes são registradas quando as perdas e desembolsos forem avaliados como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

### **2.16 Provisões para desmobilização de ativos, recuperação socioambiental e socioeconômica**

#### **(a) Obrigações com desmobilização de ativos**

Uma obrigação para desmobilização de ativos é reconhecida com base em um plano de desmobilização de ativos detalhado e aprovado. Os gastos para fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados a encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo imobilizado, sendo depreciado pelo período de vida útil do ativo.

#### **(b) Recuperação socioambiental e socioeconômica**

A provisão socioambiental e socioeconômica é registrada de acordo com as determinações das autoridades competentes, inclusive no âmbito do acordo firmado em 2 de março de 2016 (Notas 1 e 3). A provisão para recuperação ambiental é constituída quando da identificação de uma área impactada que gera uma obrigação para a Companhia. Um passivo para reparação de danos sociais é reconhecido quando da identificação de necessidade de desembolsos futuros decorrentes de eventos passados relativos a danos cíveis.

### **2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados por seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de

despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

### **2.18 Imposto de renda**

A Companhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, são constituídos créditos tributários diferidos na proporção da probabilidade que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Este é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados e apresentados pelo líquido no balanço caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia possui o benefício da exportação incentivada, o qual se refere à redução do imposto de renda com base na apuração do lucro da exploração de minerais abundantes.

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, a qual considera inconstitucional a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") portanto, não tributa e recolhe a referida contribuição, conforme mencionado na Nota 19.

### **2.19 Benefícios a empregados**

#### **(a) Obrigação de aposentadoria**

O plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (ValiaPrev) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados quando devidas.

Para a parcela de benefício definido, existente no plano (ValiaPrev), que representa a obrigação construtiva a Companhia realiza o cálculo atuarial. Quando os benefícios do plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida imediatamente no resultado.

A obrigação de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido, menos o valor justo dos ativos do plano na data do balanço e é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento

próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Entretanto, nenhum ativo é reconhecido por não haver previsão no estatuto do plano de reembolso à Companhia ou redução de contribuições futuras.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

#### **(b) Pagamento baseado em ações**

A Samarco opera plano de remuneração baseado em ações teóricas o qual é liquidado em caixa. O valor justo do montante a pagar aos empregados em relação ao seu plano de incentivo de longo prazo é reconhecido como uma despesa e um aumento correspondente no passivo. O montante é reavaliado no mínimo uma vez no ano, a cada data de final de exercício e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado.

#### **(c) Assistência médica**

A Companhia concede benefícios que envolvem seguro de vida e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

#### **(d) Participação nos resultados**

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, concede Participação nos Lucros e Resultados ("PLR") aos seus empregados, a qual está vinculada ao alcance de metas, objeto da avaliação dos resultados e de objetivos específicos, estabelecidos e acordados no início de cada ano. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando existe uma obrigação presente de corrente de evento passado que criou uma obrigação não formalizada.

### **2.20 Capital social**

A ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### **2.21 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores referentes à parcela que excede ao mínimo obrigatório requerido por lei ou estatutariamente são mantidos em conta específica no patrimônio líquido, e somente são provisionados quando da deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

### **2.22 Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e

não circulantes. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda.

#### **(a) Reconhecimento de receita de vendas de produtos**

As receitas com vendas de minério são reconhecidas no momento em que ocorre a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados ao produto. Como a parte majoritária das vendas envolvem FOB (Free-on-Board), a receita é reconhecida quando o produto é entregue ao transportador.

A receita é reconhecida na data de saída com base numa estimativa do valor justo da contraprestação a receber. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor com respeito ao qual a recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecida provisão para ajuste de preço ou perda diretamente como despesa.

#### **(b) Reconhecimento de receitas de serviços**

A Companhia vende serviços logísticos no porto de sua propriedade. A receita de serviços é reconhecida quando for provável a existência de benefícios econômicos associados à transação. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor cuja recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecido como despesa.

#### **(c) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

### **2.23 Arrendamento mercantil**

A Companhia possui operações de arrendamento operacional nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador. Os pagamentos efetuados no âmbito dos arrendamentos operacionais (líquidos de eventuais incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado, pelo método linear, ao longo do período do arrendamento.

### **2.24 Novas normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 15 (CPC 47) - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 9 (CPC 48) - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passar a ter que reconhecer o passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios e reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS e interpretações IFRIC que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

### 3. EVENTO SIGNIFICATIVO – ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Em virtude do rompimento da Barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, a Samarco incorreu em relevantes impactos contábeis, especialmente relacionados a gastos relativos às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos danos materiais, ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem, assim como as baixas de ativos da Companhia.

A Samarco incorreu em gastos e possui provisões para desembolsos futuros que foram contabilizados e divulgados de acordo com o CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes".

Os impactos contábeis relevantes, advindos do evento significativo, no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado e na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão descritos a seguir:

#### BALANÇO PATRIMONIAL

		2016	2015
<b>Ativo circulante</b>			
Aplicações financeiras em caixa restrito	(a)	235	82.785
Outros ativos (Adiantamento a fornecedores)	(b)	3.075	7.848
<b>Total ativo circulante</b>		<b>3.310</b>	<b>90.633</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos Judiciais	(c)	314.854	302.858
Imposto de renda diferido	(d)	75.804	2.555.405
Imobilizado	(e)	(215.672)	(216.817)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>174.986</b>	<b>2.641.446</b>
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores	(f)	(243.854)	(51.392)
Provisões diversas	(g)	(1.634.522)	(1.949.964)
Outros Passivos ( SEMAD)	(i)	(24.886)	-
<b>Total passivo circulante</b>		<b>(1.903.262)</b>	<b>(2.001.356)</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisões para contingências	(h)	(87.542)	-
Provisões diversas	(g)	(5.576.590)	(8.054.838)
Outros Passivos (SEMAD / Contrato Partes Relacionadas)	(i)	(574.959)	-
<b>Total não circulante</b>		<b>(6.239.091)</b>	<b>(8.054.838)</b>



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		2016	2015
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(j)	(110.765)	(197.515)
<b>Lucro bruto (Prejuízo)</b>		<b>(110.765)</b>	<b>(197.515)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica		3.437.267	(9.833.189)
Despesas com recuperação socioambiental e socioeconômica	(k)	(2.068.663)	(144.350)
Provisão para perda de ativo imobilizado		1.145	(216.817)
Despesas aporte patrimonial Fundação Renova		(221.390)	-
Despesas com serviços gratuitos Fundação Renova		(33.679)	-
<b>Lucro operacional (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b>1.003.915</b>	<b>(10.391.871)</b>
Despesas financeiras provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica		(746.914)	-
Juros SEMAD		(16.047)	-
Resultado financeiro	(l)	(762.961)	-
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre renda</b>		<b>240.954</b>	<b>(10.391.871)</b>
Imposto de renda	(d)	(60.238)	2.555.405
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>180.716</b>	<b>(7.836.466)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		240.954	(10.391.871)
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>			
Constituição de provisão para outros passivos	(g)	(2.793.690)	10.004.802
Provisão para perda de ativos	(e)	(1.145)	216.817
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Aplicações financeiras em caixa restrito	(a)	82.550	(82.785)
Depósitos judiciais	(c)	(11.996)	(302.858)
Outros ativos	(b)	4.773	(7.848)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	(f)	192.462	51.392
Outros Passivos	(i)	599.845	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>(1.686.247)</b>	<b>(512.351)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Redução total líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.686.247)</b>	<b>(512.351)</b>

### **Termo de Compromisso Preliminar (TCP) - Constituição de Garantia Emergencial**

Em 16 de novembro de 2015, a Samarco e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público Federal assinaram um Termo de Compromisso Preliminar ("TCP") com o objetivo de estabelecimento pela Samarco de um "fundo/caução socioambiental" no valor total de R\$1.000.000 exclusivamente destinado ao custeio de medidas de prevenção, contenção, mitigação, reparação e compensação dos danos socioambientais ou socioeconômicos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão da Samarco.

Conforme o TCP assinado, a Samarco constituiu um fundo em conta remunerada específica no montante de R\$500.000 e apresentou garantias no valor de R\$500.000.

Os recursos do fundo deveriam permanecer sob a gestão da Samarco, fiscalizados pelo Ministério Público e auditados por empresa externa independente. Entretanto, o montante de R\$500.000, destinado a esse fundo e que estava depositado em conta específica, foi objeto de transferência compulsória para uma conta de depósito judicial vinculada a uma contingência tributária, na qual se discute a base de cálculo da CFEM, não relacionada ao rompimento da barragem de Fundão. Essa transferência partiu de uma decisão judicial proferida em 11 de dezembro de 2015 nos autos de execução fiscal em tramite na 26ª Vara da Justiça Federal de MG. A Administração da Samarco está trabalhando em conjunto com seus assessores jurídicos com o intuito de liberar esses recursos para destinação adequada. A auditoria independente contratada em função do TCP, certificou que em Novembro de 2016, a Samarco efetuou dispêndios superior a R\$1.000.000, cumprindo assim a finalidade para a qual o fundo foi criado, e o próprio objeto deste TCP.

O processo tributário relacionado à CFEM encontra-se detalhado na Nota 19(b).

### **(a) Aplicações financeiras em caixa restrito**

Em 4 de dezembro de 2015, a Samarco, junto ao Ministério Público do Trabalho, assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o objetivo de não promover a dispensa coletiva de seus empregados até 1 de março de 2016, constituindo uma aplicação financeira de R\$77.816, valor que seria suficiente para garantir o pagamento dos salários, benefícios e obrigações acessórias devidas a seus empregados até o período citado. O valor referenciado foi posteriormente objeto de bloqueio na decisão judicial sobre a execução fiscal da contingência da CFEM, citada no tópico acima relativo ao Termo de Compromisso Preliminar. Dado que em 31 de dezembro de 2015 o montante referido não se encontrava disponível para utilização imediata, foi classificado como "aplicação financeira em caixa restrito" e, reclassificada no balanço patrimonial, em 2016, como "depósito judicial", logo que transferido para uma conta judicial.

Os demais valores referem-se a bloqueios judiciais associados a processos diretamente ligados ao rompimento da barragem de Fundão.

### **(b) Outros ativos**

O valor de R\$7.848 registrado em 2015 refere-se ao adiantamento a fornecedor relativo ao contrato de manutenção e reparação das barragens de Germano e Santarém, que foram parcialmente afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

O montante de R\$3.075 registrado em 2016 refere-se ao adiantamento a fornecedores relativo aos programas de recuperação de infraestrutura, de recuperação do Reservatório UHE Risoleta Neves em Candongas e também ao programa de contenção de rejeitos e tratamento dos rios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão.

### **(c) Depósitos judiciais**

Por determinação judicial, a Samarco teve o bloqueio de suas contas correntes no montante de R\$314.854 (R\$302.858 em 31 de dezembro 2015) posteriormente transferido para uma conta de depósito judicial relacionado ao processo movido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais e relacionado ao rompimento da barragem, conforme demonstrado a seguir:

<b>Controladora e Consolidado (Processo de Mariana)</b>						
	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Rever-sões</b>	<b>Utiliza-ções</b>	<b>Encargos</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Deposito Judicial – Processos Cíveis</b>	302.858	-	(11.799)	-	23.795	314.854

#### (d) Imposto de renda diferido

Os impactos contábeis decorrentes do rompimento da barragem foram considerados diferenças temporárias para fins fiscais, sen-

do assim, a Companhia constituiu imposto de renda diferido ativo decorrente desses valores, conforme demonstrado a seguir:

	2016		2015	
	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Base de Cálculo	Imposto de Renda
Provisão para baixa de ativo imobilizado	215.672	53.918	216.817	54.204
Provisão para contingências	87.542	21.886	-	-
Provisões diversas	-	-	10.004.802	2.501.201
		<b>75.804</b>		<b>2.555.405</b>

#### (e) Imobilizado

##### Baixa de ativos imobilizados

A Samarco registrou provisão para perda, no montante de R\$215.672 (R\$216.817 em 31 de dezembro 2015), referente ao

valor residual dos itens do ativo imobilizado relacionados à Barragem de Fundão, conforme abaixo:

	2016			2015		
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos) - Barragem de Fundão	166.260	(28.678)	137.582	166.260	(28.678)	137.582
Bens em construção – Gastos com elaboração de Projeto e preparação para alteamento da Barragem de Fundão	78.090	-	78.090	79.235	-	79.235
	<b>244.350</b>	<b>(28.678)</b>	<b>215.672</b>	<b>245.495</b>	<b>(28.678)</b>	<b>216.817</b>

#### Impairment

A Companhia identificou indicadores de ativos que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e realizou teste de impairment, conforme descrito na Nota 12.

#### (f) Fornecedores

Refere-se aos valores a pagar, no valor de R\$243.854 (R\$51.392 em 31 de dezembro 2015), relacionados aos gastos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.

#### (g) Provisões diversas

Como já mencionado na nota 1(a), em 02 de março de 2016, a Samarco, em conjunto com seus acionistas Vale e BHP, firmou TTAC, nos autos da Ação Civil Pública movida pela União e outros, nº0069758-61.2015.4.01.3400, em curso perante a 12ª Vara Federal em Belo Horizonte/MG, no sentido de estabelecer os programas, que compreendem medidas e ações para reparações e compensações socioambientais e socioeconômicas decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Importante notar que figuram como partes do referido Acordo, além da Companhia e de seus acionistas: (i) no âmbito federal, a União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ("ICMBio"), a Agência Nacional de Águas ("ANA"), o Departamento Nacional de Produção Mineral ("DNPM") e a Fundação Nacional do Índio ("FUNAI"); (ii) no âmbito de Minas Gerais, o Estado de Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas ("IEF"), o Instituto Mineiro de Gestão de Águas ("IGAM") e a Fundação Estadual de Meio Ambiente ("FEAM"); e (iii) no âmbito do Espírito Santo, o Estado do Espírito Santo, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos ("IEMA"), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo ("IDAF") e a Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo ("AGERH").

A própria extensão do TTAC revela a amplitude do seu alcance, contendo 41 (quarenta e um) programas, sendo que, desses: (i) 23 (vinte e três) de natureza socioeconômica; e (ii) 18 (dezoito)



de natureza socioambiental. Vale ressaltar que permeando tais programas, medidas de cunhos reparatório e compensatório serão implementadas.

O referido instrumento é estruturado de forma que autoridades públicas competentes poderão opinar, avaliar, e aprovar os projetos desenvolvidos dentro dos programas, e supervisionarão a execução de todos os programas, por meio de um Comitê Interfederativo. Além disso, foram concebidas figuras de experts e painéis técnicos consultivos a fim de resolver controvérsias técnicas de forma científica, embasada e, principalmente, célere.

O TTAC prevê a constituição de uma fundação de direito privado para implementar todas essas medidas cuja gestão estará sujeita a auditoria independente. O prazo do acordo é de 15 anos, renovável por períodos de um ano, sucessivamente, até que todas as obrigações previstas no TTAC sejam cumpridas.

A Samarco e suas acionistas proveram e proverão recursos para a Fundação Renova com contribuições, conforme abaixo (ano calendário):

- R\$2.089.682 em 2016, sendo que destes o montante de R\$1.112.195 foram aplicados diretamente pela Samarco nos programas do TTAC, R\$283.537 foram retidos pela Ação Civil Pública – ACP na cidade de Mariana e R\$693.950 através de depósitos na Fundação. Do total aportado na Fundação Renova em 2016 (R\$693.950), BHP e Vale repassaram diretamente à Renova, em nome da Samarco, o montante de R\$477.488, na proporção de 50% cada.
- R\$1.200.000 em 2017;
- R\$1.200.000 em 2018.

De 2019 a 2021, as contribuições anuais à Fundação serão de valor suficiente para cobrir a previsão de execução dos projetos de reparação e compensação para cada exercício, sendo que os valores anuais de referência para essas contribuições serão de R\$800.000 a R\$1.600.000. A partir da assinatura do TTAC, a Fundação alocará um montante anual de R\$240.000, por um período de 15 anos, para a execução de projetos de compensação. Esses montantes anuais já estão incluídos nos valores contidos das contribuições informados para os seis primeiros anos (2016 – 2021). Adicionalmente, uma contribuição de R\$500.000 será destinada a um programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos em determinadas áreas. De 2022 em diante, os valores a serem aportados na Fundação serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação na mesma data. O TTAC não especificou um valor mínimo ou máximo neste período.

Baseado no descrito acima, a Administração, assessorada por consultores externos e especialistas, vem elaborando estudos e planos de ação para a reparação e remediação futuros de danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da barragem, assim como a execução de programas compensatórios conforme estabelecido no TTAC. Em 31 de dezembro de 2016, foi registrada

provisão baseada em informações atuais existentes incluindo a tecnologia disponível e preços correntes, para desembolsos futuros relacionados à obrigação presente que foi gerada pelo rompimento da barragem de Fundão. A extensão, o escopo completo, assim como a temporalidade e o custo dos programas de reparação e remediação futuros estão sujeitos a um elevado grau de incerteza porque dependem da conclusão dos estudos dos especialistas, da elaboração dos planos de ações e também do resultado dos julgamentos das demandas judiciais.

A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando (i) a taxa livre de risco de 10,621% ao ano, esta baseada em título de 12 anos do Brasil no mercado internacional com data de vencimento para 05 de janeiro de 2024 obtido na Bloomberg (EJ137186) e (ii) considerando o fluxo de desembolso esperado nos próximos 15 anos até 31 de dezembro de 2030.

#### (a) Composição

Provisão para:		2016	2015
Ações emergenciais e migratórias	(g.1)	-	304.831
Programas reparatórios	(g.2)	3.952.511	5.920.148
Programas compensatórios	(g.3)	2.760.202	3.296.438
Outras ações não contempladas no Acordo	(g.4)	498.399	483.385
		<b>7.211.112</b>	<b>10.004.802</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>1.634.522</b>	<b>1.949.964</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>5.576.590</b>	<b>8.054.838</b>

#### (b) Movimentação

Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	2016	2015
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>10.004.802</b>	-
Constituição de provisão	-	10.149.152
Realização da provisão	(2.068.663)	(144.350)
Atualização Financeira	746.914	-
Estorno de provisão e ajuste a valor presente	1.471.941	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>7.211.112</b>	<b>10.004.802</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.634.522</b>	<b>1.949.964</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>5.576.590</b>	<b>8.054.838</b>

Conforme evolução das ações e conhecimento dos impactos, mudanças nas premissas chave podem resultar em futuras alterações substanciais nos valores provisionados em publicações futuras, destacando:

- Método de remoção dos rejeitos remanescentes nos rios: a remoção dos rejeitos remanescentes nas planícies de inundação, das margens de rios desde Santarém até o início da barragem da UHE de Candonga (Risoleta Neves) será mecânica, com utilização de equipamentos típicos de terraplenagem, sem uso de dragagem. Esse método considera custo de remoção orçado por metro cúbico transportado e horas trabalhadas dos equipamentos de carga e de transporte do rejeito.
- Método de remoção dos rejeitos remanescentes na barragem da UHE de Candonga: a remoção dos rejeitos remanescentes na barragem será efetuada por dragagem, sendo este executado em duas fases:
  - Fase 1: Remoção de 1,3 milhões de m<sup>3</sup> depositados em Candonga que liberará a UHE para retomada de operação; e
  - Fase 2: O volume de dragagem complementar será definido após conclusão do estudo de manejo de rejeito que está em andamento.
- Critérios de indenização dos impactados: O Programa de Indenização Mediada teve início efetivo em outubro de 2016 com o intuito de elaborar e executar um programa de ressarcimento e de indenizações, por meio de negociação coordenada, destinado a reparar e indenizar os impactados. Considera o cadastro, análise e indenização incluindo:
  - Bens urbanos e privados;
  - Condições de trabalho e renda individual;
  - Fatalidade e desaparecidos;
  - Pescadores, areeiros e pequenos comerciantes;
  - Empresários individuais e micro empresários; e
  - Por falta de água.
- Custos de reparação da UHE de Candonga pela diminuição de vida útil ou para retomada da operação.

**(g.1) Ações emergenciais e mitigatórias:** compreendem os custos das ações que a Samarco vem adotando desde a data do rompimento da barragem, no sentido de mitigar os impactos causados às famílias e municípios impactados, e que estão contemplados no TTAC. Grande parte das ações emergenciais e mitigatórias foram concluídas e outras que continuam em andamento foram enquadradas nos programas descritos no TTAC.

**(g.2) Programas reparatórios:** compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem, relacionados no TTAC, cujos principais programas são: levantamento e cadastro dos

impactados; proteção e melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas; preservação da memória histórica, cultural e artística; comunicação, participação, diálogo e controle social; reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga; assistência aos animais; auxílio financeiro emergencial aos impactados; revegetação e recuperação ambiental; conservação da biodiversidade aquática; manejo dos rejeitos decorrentes considerando conformação e estabilização *in situ*, escavação, dragagem, transporte, tratamento e disposição; melhoria dos sistemas de abastecimento de água.

**(g.3) Programas compensatórios:** compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, nos termos dos programas, relacionados no TTAC, cujos principais são: apoio à pesquisa para desenvolvimento e utilização de tecnologias socioeconômicas aplicadas à remediação dos impactos; recuperação e diversificação da economia regional com incentivo à indústria; estímulo à contratação local; recuperação de áreas de preservação permanente (APP); recuperação de nascentes; fortalecimento das estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre; coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduo sólido; educação ambiental e preparação para emergências ambientais. O total que deverá ser desembolsado para os programas e iniciativas dessa natureza é de R\$4.100.000 composto de R\$240.000 por ano, por um período de 15 (quinze) anos a partir de 2016. Adicionalmente, a quantia de R\$500.000 será disponibilizada exclusivamente para o programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos.

**(g.4) Outras ações não contempladas no Acordo:** compreendem outros desembolsos necessários para o cumprimento de ações derivadas do rompimento da barragem de Fundão, mas que não foram classificadas nos programas do TTAC.

#### **(h) Contingências**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. Essas ações movidas por indivíduos, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs) e entidades públicas e governamentais buscam remediação e compensação dos impactos ambientais e socioeconômicos, danos materiais e morais e perda de vidas, além de uma série de compensações para os municípios afetados.

Esses processos judiciais incluem ações civis públicas movidas por promotores estaduais em Minas Gerais e no Espírito Santo, defensores públicos estaduais em Minas Gerais e no Espírito Santo, defensoria da União e procuradores federais. Dada a situação preliminar de todos esses processos, a duplicidade dos pedidos solicitados nestas ações e as reivindicações constantes nas ações de R\$20.000.000 e R\$155.000.000, que estão detalhadas nos próximos parágrafos, não é possível neste momento

fornecer uma gama de resultados possíveis ou uma estimativa confiável de exposições futuras.

Além disso, foram iniciadas e estão em andamento investigações governamentais sobre o rompimento da barragem de Fundão por órgãos ambientais, regulatórios e autoridades policiais do governo brasileiro.

Conforme definido no TTAC, as reivindicações de vários processos movidos contra a Samarco estão abrangidas neste Acordo. Quaisquer reclamações envolvendo qualquer assunto estabelecido no TTAC devem procurar ser desconsideradas por resolução de mérito ou agrupamento conjunto de reclamações. Conforme mencionado no item (g) acima, as perdas estimadas nos créditos cobertos pelo TTAC foram incluídas como parte das diversas provisões para reparação de danos causados pela rompimento da barragem de Fundão.

A Companhia foi autuada pelas agências ambientais, sendo autuada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) devido aos danos ambientais causados pela descarga de resíduos sólidos e líquidos (rejeitos de mineração) nas águas do rio Doce, e autuada pela SEMAD (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), e IEMA-ES (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) por causar poluição e degradação ambiental resultando em danos aos recursos hídricos. A Samarco apresentou sua defesa contra essas acusações e está aguardando uma resposta das agências. Os autos de infração totalizam R\$819.966 (R\$432.536 - 31 de dezembro de 2015). Perdas e saídas resultantes são classificadas como possíveis.

Em relação à Ação Civil Pública nº 0043356-50.2015.8.13.0400, proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais visando a reparação integral aos atingidos de Mariana, foi interposto recurso. Existe ação Cautelar, distribuído por dependência à mencionada ACP, na qual foi bloqueado o valor de R\$300.000. Dado o status do apelo, não é possível, neste momento, fornecer uma gama de resultados possíveis ou uma estimativa confiável de possíveis exposições futuras para a Samarco.

Em 3 de maio de 2016, o Ministério Público Federal interpôs ação civil pública contra a Samarco e seus acionistas visando a reparação integral, indenização e danos morais por conta dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão em 5 de novembro de 2015, requerendo (i) adoção de medidas para mitigar os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e outras medidas de emergência, (ii) pagamento de indenização à comunidade e (iii) pagamento de dano moral coletivo. O valor da ação inicial reivindicado pelo Ministério Público Federal é de R\$155.000.000. A Companhia entende que esta reivindicação se sobrepõe à Ação Civil Pública do processo judicial de R\$20.000.000, nº 0069758-61.2015.4.01.3400, considerando o TTAC.

Em 18 de janeiro de 2017, o Ministério Público Federal, a Samarco e seus acionistas assinaram um acordo preliminar ("TAP" ou "Acordo

Preliminar") com o Ministério Público Federal, que delinea o processo e cronograma para novas negociações para um acordo sobre as ações de R\$20.000.000 e R\$155.000.000. Este Acordo Preliminar prevê a nomeação de especialistas para avaliar os programas em matéria de remediação ambiental e social e avaliação e acompanhamento de programas no âmbito do TTAC. As conclusões dos consultores especializados serão consideradas na negociação de um acordo final com o Ministério Público. As partes envidarão os melhores esforços para alcançar um acordo final até 30 de outubro de 2017, dentro do prazo estabelecido no Acordo Preliminar.

Nos termos do Acordo Preliminar, a Samarco e seus acionistas concordaram também em ofertar garantias ("Caução Provisória") no montante de R\$2.200.000, a contratação de especialistas aos procuradores federais e a realização de audiências públicas. Como resultado, foi estimado o montante de R\$39.905 para o financiamento dessas medidas. Em 24 de janeiro de 2017, a Samarco, a Vale e a BHP apresentaram as garantias ao Tribunal que permanecerão em vigor até 30 de outubro de 2017 ou até a data em que um acordo final for assinado entre as partes. O Acordo Preliminar também prevê a destinação de R\$200.000 para serem empregados em ações reparatórias nas regiões circunscritas a Comarca de Ponte Nova. Esta quantia será aportada para programas na Fundação Renova, e não representa acréscimo no valor de aportes previstos para 2017.

A 12ª Vara Federal de Minas Gerais ratificou parcialmente, em 17 de março de 2017, o termo preliminar assinado em janeiro. Foram homologados os trabalhos dos especialistas para consultoria dos procuradores federais em matéria de remediação ambiental e de avaliação e acompanhamento dos programas no âmbito do TTAC. A Samarco solicitou em junho a postergação do prazo de validade das garantias, e para conclusão do acordo final para 30 de outubro de 2017 (prazo anterior: 30 de junho de 2017), e após concordância do Ministério Público, o Juízo deferiu os pedidos em 29 de junho de 2017, suspendendo as ACPS de R\$155.000.000 e R\$20.000.000.

A garantia provisória ("Caução Provisória"), no montante de R\$2.200.000, também foi aprovada pelo juízo.

A administração também considerou outras reivindicações classificadas como possíveis e / ou prováveis que se encontram na fase inicial e que apresentam incertezas significativas devido ao fato de as reivindicações se sobreporem ao TTAC, à definição dos montantes envolvidos, ao prazo de compensação, e outras decisões judiciais e extrajudiciais.

Outros processos e investigações governamentais relacionados ao rompimento da barragem de Fundão podem ser movidos contra a Companhia e seus acionistas. Até que novos fatos sejam desenvolvidos e as incertezas já mencionadas resolvidas, não é possível fornecer uma gama de resultados ou uma estimativa confiável das obrigações da Samarco decorrentes dessas questões. Como tal, uma provisão não foi reconhecida ou um passivo contingente quantificado para estas reivindicações. Somente na plenitude do tempo e no desenvolvimento natural das disputas e da maturidade do processo, com novos assentamentos alcançados e / ou decisões legais, será possível compreender a magni-

tude real dos impactos e a exposição da Companhia. Esses itens podem levar a impactos significativos nas provisões e resultar em novos ajustes às provisões existentes e / ou no reconhecimento de novas provisões para desembolsos que não podem ser projetados e / ou mensurados atualmente.

#### (i) Outros Passivos

A Samarco foi atuada pela SEMAD em R\$127.500. A Samarco requereu o parcelamento do valor em 60 meses. A primeira parcela, correspondente à 5% (cinco por cento) do montante, foi paga em dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, conforme detalhado na Nota 21, o montante de R\$24.886 refere-se a 12 parcelas de curto prazo e o valor de R\$97.471 refere-se a 47 parcelas de longo prazo, atualizadas pela SELIC.

Em 30 de dezembro de 2016 foram firmados contratos entre Samarco, Vale e BHP de reconhecimento da obrigação da Samarco em pagar aos seus acionistas os valores aportados pelos mesmos para a Fundação Renova. Os aportes são para cumprir com as obrigações previstas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado com os órgãos no âmbito Estadual e Federal. Em 31 de dezembro de 2016 os valores aportados totalizaram R\$477.488.

As informações referente ao TTAC estão detalhadas nesta Nota 3(g).

#### (j) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A Companhia incorreu em custos para manutenção e reparação de instalações afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (sobre serviços de terceiros, materiais de construção, combustíveis, dentre outros). O valor total foi registrado como capacidade ociosa.

#### (k) Outras despesas operacionais

##### Despesas para recuperação socioambiental e socioeconômica

A composição das despesas relacionadas às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos impactos ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem de Fundão, incorridas em 2016, encontram-se demonstradas abaixo:

	2016		2015	
	Incorridas	Provisi-nadas	Incorridas	Provisi-nadas
Ações emergenciais e migratórias	-	-	90.184	304.831
Programas reparatórios	1.618.491	3.952.511	34.483	5.920.148
Programas compensatórios	11.915	2.760.202	-	3.296.438
Ações não contempladas no Acordo	438.257	498.398	19.683	483.385
	<b>2.068.663</b>	<b>7.211.112</b>	<b>144.350</b>	<b>10.004.802</b>

A descrição da natureza de cada uma das despesas incluídas no quadro acima, estão detalhadas na Nota 3(g).

#### (l) Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de: (i) despesa financeira R\$746.914 proveniente da atualização da provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica, calculada a valor presente. A taxa utilizada está descrita na nota 3(g); (ii) juros incorridos da multa ambiental aplicada pela SEMAD, conforme nota 3(i).

#### (m) Investigações

Logo após o rompimento da barragem de Fundão, a Companhia, em conjunto com seus acionistas, contrataram investigação externa com objetivo de identificar as causas do rompimento da barragem de Fundão. A divulgação pública dos resultados foi realizada ao final do mês de agosto de 2016.

A Companhia e os seus acionistas estão analisando todos os resultados, que também foram compartilhados com a Polícia Federal e o Ministério Público, entre outros órgãos envolvidos com os processos de investigação. Além de subsidiar os inquéritos policiais em andamento e as medidas judiciais, as informações fornecidas auxiliarão a Companhia e o setor mineral como um todo na busca por padrões mais elevados de segurança operacional, para que ocorrências dessa natureza nunca mais se repitam.

Em 22 de outubro de 2016, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra a Companhia, suas acionistas e 22 pessoas físicas, referente ao rompimento da Barragem de Fundão, e foi autuada sob o nº 0002725-15.2016.4.01.3822. Foram imputados à Companhia os crimes ambientais previstos nos artigos 29, caput, §1º, incisos I e II, § 4º, incisos I, III, V e VI, art. 33, art. 38, art. 38-A, art. 40, caput, §2º, art. 49, art. 50, art. 53, incisos I e II, alíneas "c", "d" e "e", art. 54, § 2º, incisos I, III, IV e V c/c art. 58, inciso I, art. 62, inciso I, todos da Lei n. 9.605/98, em concurso com os crimes previstos nos artigos. 68, 69 e, por duas vezes, no art. 69-A, §2º, da Lei nº 9.605/98. A denúncia foi recebida em 17 de novembro de 2016. Após o exame minucioso dos documentos e questões jurídicas relacionadas ao objeto do processo, a resposta da Samarco à acusação foi apresentada dentro do prazo legal.

#### (n) Seguros

Desde o rompimento da barragem de Fundão, em 05 de novembro de 2015, a Companhia tem negociado com suas seguradoras contratadas para receber a indenização das apólices de risco operacional, responsabilidade civil geral e riscos de engenharia. Qualquer pagamento de indenizações dependerá da conclusão dos trabalhos de avaliação da equipe de avaliadores sobre o relatório independente da causalidade, definição de cobertura e avaliação do montante da perda. Nenhum seguro a receber foi reconhecido para quaisquer recuperações monetárias amparadas por estas apólices em 31 de dezembro de 2016.

#### (o) Compromissos

Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, a Companhia utilizou a cláusula de força maior dos contratos de longo prazo com os fornecedores e prestadores de serviços para a suspensão das obrigações contratuais, com exceção do contrato de energia elétrica.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Caixa e bancos</b>					
No país		1.270	734	1.270	734
No exterior	(a)	-	-	7.403	1.410
<b>Aplicações financeiras</b>					
No Exterior (Time Deposit / MMDA / MMF / SWEEP)	(b)	46.437	1.798.321	48.974	1.820.574
No país		5	83	5	83
		<b>47.712</b>	<b>1.799.138</b>	<b>57.652</b>	<b>1.822.801</b>

(a) Contas correntes denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior.

(b) Time Deposit, MMDA (Money Market Deposit Account), MMF (Money Market Fund), Sweep Account e Overnight

são aplicações financeiras de curto prazo denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior, cujos rendimentos se baseiam em taxas de títulos do governo norte-americano ("US Treasuries") e de "overnight" ("Fed Fund rate").

### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM CAIXA RESTRITO

A composição do saldo das aplicações financeiras, em caixa restrito, encontra-se detalhada abaixo:

Aplicações financeiras	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa restrito	235	82.785	256	82.811
	<b>235</b>	<b>82.785</b>	<b>256</b>	<b>82.811</b>

Do montante total de R\$256 no consolidado, o saldo de R\$235 (R\$82.811 em 31 de dezembro de 2015) encontra-se restrito por determinação judicial em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão (Nota 3(a)).



## 6. CONTAS A RECEBER

A composição do saldo das contas a receber encontra-se detalhada a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Clientes no país		24.682	6.519	24.681	6.519
Clientes no exterior	(a)	19.971	513.641	14.106	341.934
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	(b)	(28.171)	(33.110)	(29.498)	(33.130)
Provisão de redução do preço	(c)	-	(124.666)	-	(124.666)
		<b>16.482</b>	<b>362.384</b>	<b>9.289</b>	<b>190.657</b>

(a) O saldo consolidado de R\$14.106 em 2016, originado dos valores a receber de clientes no exterior (R\$341.934 em 2015) foi respaldado por um processo de análise de crédito dos respectivos clientes, visando mitigar os riscos de inadimplência.

(b) As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de R\$28.171 em 2016, na controladora e R\$29.498 no consolidado (R\$33.110 e R\$33.130 em 2015, respectivamente), são constituídas por meio da análise individual dos clientes, considerando as

faturas vencidas há mais de 60 dias. A provisão na controladora não inclui as vendas efetuadas para a controlada Samarco Finance cujo material permaneceu em estoque.

(c) Conforme descrito na Nota 2.22 (a), a receita é reconhecida na data da saída (vendas na modalidade FOB) com base numa estimativa do valor justo da contraprestação a receber. Previamente ao rompimento da barragem de Fundão, a constituição de provisão de redução de preço foi necessária devido à queda de preço do minério no mercado internacional.

A composição do saldo das contas a receber, classificadas por vencimento, encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	8.577	450.239	8.583	278.512
Vencidos até 30 dias	651	36.057	651	36.057
Vencidos de 31 a 60 dias	55	754	55	754
Vencidos de 61 a 90 dias	123	24.721	123	24.742
Vencidos há mais de 90 dias	35.247	8.389	29.375	8.388
	<b>44.653</b>	<b>520.160</b>	<b>38.787</b>	<b>348.453</b>

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo das contas a receber no valor de R\$706, na Controladora e no Consolidado (R\$36.811 em 2015, respectivamente), estavam vencidas, mas não "impaired". Essas contas referem-se a clientes que não possuem histórico recente de inadimplência.

## 7. ESTOQUES

A composição e a movimentação do saldo dos estoques encontram-se detalhada a seguir:

### (a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos acabados	197	13.689	197	85.570
Produtos em elaboração	10.679	25.541	10.679	25.541
Insumos	98.545	136.936	98.545	136.936
Materiais de consumo e manutenção	269.244	354.085	269.244	354.085
Provisão para perda de materiais	(10.957)	(7.416)	(10.957)	(7.416)
Adiantamentos a fornecedores	37	-	37	-
<b>Total</b>	<b>367.745</b>	<b>522.835</b>	<b>367.745</b>	<b>594.716</b>
Ativo circulante	328.257	522.835	328.257	594.716
Ativo não circulante	39.488	-	39.488	-
	<b>367.745</b>	<b>522.835</b>	<b>367.745</b>	<b>594.716</b>

### (b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Movimentação produtos acabados</b>				
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>13.689</b>	<b>25.427</b>	<b>85.570</b>	<b>25.427</b>
Adições	303	2.757.261	303	3.511.741
Baixas por venda	(10.277)	(2.758.608)	(63.631)	(3.459.734)
Adição (baixa) por ajuste de inventário	(2.575)	(8.913)	(2.575)	(8.913)
Adiantamento a fornecedor	-	-	(7.068)	7.068
Conversão	(943)	(1.478)	(12.402)	9.981
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>197</b>	<b>13.689</b>	<b>197</b>	<b>85.570</b>

A Companhia avaliou os seus estoques em 31 de dezembro de 2016, e concluiu que os mesmos não excedem aos valores de realização.

Materiais de consumo que são de uso exclusivo nas manutenções das plantas de concentração nº 1 e de pelletização nº 1 e 2, foram reclassificados para estoques de longo prazo, conside-

rando que estas plantas têm previsão de retornar às operações somente em 2019.

Em 2016 a Administração revisou os critérios de obsolescência dos estoques e identificou a necessidade de um aumento da provisão de R\$3.541.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
ICMS – Minas Gerais (MG)	(a)	76.902	76.202	76.902	76.202
ICMS – Espírito Santo (ES)	(b)	1.499.399	1.504.880	1.499.399	1.504.880
Provisão para perdas sobre ICMS - ES	(b)	(1.499.399)	(1.504.880)	(1.499.399)	(1.504.880)
PIS e COFINS	(c)	21.324	114.484	21.324	114.484
Imposto de renda a recuperar	(d)	79.916	97.464	79.916	97.464
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras		9.274	8.912	9.274	8.912
Outros		1.845	1.757	1.850	1.824
<b>Total</b>		<b>189.261</b>	<b>298.819</b>	<b>189.266</b>	<b>298.886</b>
Ativo circulante		112.359	249.602	112.364	249.664
Ativo não circulante		76.902	49.217	76.902	49.222
<b>Total</b>		<b>189.261</b>	<b>298.819</b>	<b>189.266</b>	<b>298.886</b>

(a) Referem-se principalmente a créditos na aquisição de ativo imobilizado.

(b) Referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado, insumos, materiais e outros. Tendo em vista o histórico de não realização dos créditos de ICMS com o Estado do Espírito Santo, a Companhia constituiu provisão para perdas de 100% sobre tais créditos.

(c) Os créditos de PIS e de COFINS referem-se principalmente à aquisição de materiais, insumos, energia elétrica e à aquisição de ativo imobilizado, cuja apropriação ocorre em 12 meses pela razão de 1/12 por mês. A realização desses créditos ocorre mensalmente por meio da sua compensação com outros tributos federais, em especial o IRPJ a pagar.

(d) Imposto de renda a recuperar referente a estimativas mensais recolhidas a maior.



## 9. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Seguros a recuperar		61	44	61	44
Valor a receber de energia elétrica	(a)	11.648	70.377	11.797	70.377
Consórcio UHE Guilman-Amorim		4.485	2.947	4.485	2.947
Adiantamentos a empregados		7.222	6.972	7.326	7.065
Adiantamento a fornecedores	(b.1)	3.081	51.933	3.081	51.933
Outros		118	631	131	705
<b>Circulante</b>		<b>26.615</b>	<b>132.904</b>	<b>26.881</b>	<b>133.071</b>
COHESA	(c)	17.103	16.856	17.103	16.856
(-) Ajuste a valor presente COHESA	(c)	(914)	(1.288)	(914)	(1.288)
Valores a recuperar de seguro		3.978	13.725	3.978	13.725
Adiantamento a empregados		2.415	4.719	2.415	4.814
Adiantamento a fornecedores	(b.2)	44.085	-	44.085	-
Outros		1.369	1.368	1.369	1.368
<b>Não circulante</b>		<b>68.036</b>	<b>35.380</b>	<b>68.036</b>	<b>35.475</b>

(a) Refere-se à venda de excedentes de energia elétrica adquiridas para o processo produtivo, porém não utilizadas.

(b) Adiantamentos a fornecedores:

(b.1) Deste valor, o montante de R\$3.075 (R\$7.848 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a adiantamento a fornecedor relativo aos programas de recuperação de infraestrutura, de recuperação do Reservatório UHE Risoleta Neves em Candongas e também ao programa de contenção de rejeitos e tratamento dos rios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão (Nota 3).

(b.2) Pagamento antecipado de R\$44.085, à Vale pelo arrendamento parcial dos direitos minerários de "Conta História Norte" e "Alegria" (áreas de exploração

minerária). A Vale é responsável pela manutenção integral dos direitos até a data de averbação do arrendamento, pela autoridade competente.

(c) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial coletivos, praticados pela Companhia.

## 10. INVESTIMENTOS

A Companhia registrou resultado negativo de equivalência patrimonial em suas controladas de R\$9.246 em 2016 (R\$10.670 positivo em 2015). A Companhia recebeu dividendos provenientes de investimentos em controladas no valor de R\$31.111 (R\$0,00 em 2015) e nenhuma das investidas tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	Participação	Quantidade de ações ou quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivos	Receita	Custos e despesas	Resultado do exercício
<b>2016</b>											
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	8.518	0	8.518	7.226	1.292	8.518	127.648	(130.723)	(3.075)
Samarco Iron Ore Europe B.V	100%	180	13.072	3.736	16.808	2.531	14.277	16.808	7.097	(13.268)	(6.171)
		<b>Total</b>	<b>21.590</b>	<b>3.736</b>	<b>25.326</b>	<b>9.757</b>	<b>15.569</b>	<b>25.326</b>	<b>134.745</b>	<b>(143.991)</b>	<b>(9.246)</b>

<b>2015</b>											
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	208.292	-	208.292	187.328	20.964	208.292	1.090.793	(1.087.679)	3.114
Samarco Iron Ore Europe B.V	100%	180	48.253	4.302	52.555	3.962	48.593	52.555	27.448	(19.892)	7.556
		<b>Total</b>	<b>256.545</b>	<b>4.302</b>	<b>260.847</b>	<b>191.290</b>	<b>69.557</b>	<b>260.847</b>	<b>1.118.241</b>	<b>(1.107.571)</b>	<b>10.670</b>

## 11. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

		Acionistas		Controladas		Controladora		Consolidado	
		BHP	Vale	Samarco Finance	Samarco Europe	2016	2015	2016	2015
<b>Ativo circulante</b>									
Contas a receber	(a)	-	88	7.225	-	7.313	187.216	88	91
Estoques	(b)	-	-	-	-	-	41	-	41
Outros ativos (Nota 9)		-	-	-	-	-	44.700	-	44.085
<b>Ativo não circulante</b>									
Outros ativos ( Nota 9 (b.2))		-	44.085	-	-	44.085	-	44.085	-
Imobilizado ( Nota 12)		-	42.312	-	-	42.312	-	42.312	-
<b>Passivo circulante</b>									
Fornecedores (Nota 14)		-	97.836	-	-	97.836	2.560	97.836	-
Outros passivos (comissões/ serviços a pagar) ( Nota 21)		-	-	-	11.202	11.202	44.099	-	-
Empréstimos e Financiamentos ( Nota 15)		456.274	456.274	-	-	912.548	-	912.548	-
Encargos Financeiros ( Nota 15)		3.032	3.024	-	-	6.056	-	6.056	-
<b>Passivo não circulante</b>									
Financiamentos ( Nota 15)		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos (Nota 22)		1.402.774	1.402.774	-	-	2.805.548	2.805.548	2.805.548	2.805.548
Direitos Minerários (Nota 20)	(c)	-	112.222	-	-	112.222	112.222	112.222	112.222
Outros Passivos ( Nota 21)		238.744	238.744	-	975	478.463	-	477.488	-
<b>Demonstração do resultado</b>									
Receitas	(a)	-	-	127.648	-	127.648	1.090.793	-	-
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(b)	-	-	-	-	-	(209.478)	-	(209.478)
Despesas gerais e administrativas		-	-	-	-	-	(78.756)	-	(78.756)
Despesas com vendas		-	-	-	(7.097)	(7.097)	(27.462)	-	-
Despesas financeiras		-	-	-	(130)	(130)	-	-	-

(a) O saldo de contas a receber e receitas da controlada Samarco Finance refere-se à venda de minério de ferro, adquirida da Controladora e vendido no mercado externo a terceiros.

(b) Em 2015, e anterior ao rompimento da barragem de Fundão, o montante de R\$212.748 refere-se à compra de finos de minério de ferro, direto do acionista Vale, para utilização no processo produtivo. O montante de R\$3.270 em 2015 em favor da Samarco, refere-se ao valor cobrado pela Samarco da Vale pela

disposição de rejeitos na barragem de Fundão. O valor demonstrado na linha "Estoques" refere-se aos minérios comprados ainda não consumidos no processo produtivo.

(c) A Companhia celebrou em novembro de 1989, com a Vale, um contrato de transferência de direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro. O contrato rege que a Vale cedeu e transferiu à Samarco direitos de exploração sobre duas reservas minerais.

O valor do contrato observou o pagamento dos direitos mine-  
rários: (i) Pagamento único efetuado no montante de R\$19.972,  
e (ii) Pagamentos variáveis correspondentes a 4% sobre o valor  
bruto dos dividendos pagos pela Samarco aos seus acionistas até a  
exaustão das reservas.

O preço pactuado no contrato não é fixo, sendo estabelecido como  
um percentual sobre os dividendos brutos pagos. Para o exercí-  
cio findo em 31 de dezembro de 2016 não houveram pagamentos.  
(R\$36.742 em 31 de Dezembro de 2015).

A Samarco é patrocinadora da Fundação Vale do Rio Doce de  
Seguridade Social – ValiaPrev, que assegura aos seus partici-  
pantes e dependentes benefícios complementares ou asseme-  
lhados aos da Previdência Oficial Básica. O detalhamento deste  
plano pode ser observado na Nota 16.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da  
administração estão apresentados a seguir:

	2016	2015
Remuneração (i)	12.300	26.671
Plano de assistência médica	91	112
Previdência privada	1.097	1.459
Seguro de vida	122	153
	<b>13.610</b>	<b>28.395</b>

(i) Inclui ordenados, salários, participação nos lucros, bônus e indenização.

São consideradas pessoas chave da Administração os membros  
da diretoria e os gerentes gerais.

## 12. IMOBILIZADO

Em 2016, os investimentos realizados corresponderam às ne-  
cessidades atuais da Companhia. Antes do rompimento da  
barragem de Fundao, em 5 de novembro de 2015, a Companhia  
efetuou diversos investimentos para elevar sua capacidade pro-  
dutiva e a produtividade de suas plantas industriais.

A composição do saldo das contas de ativo imobilizado encontra-se detalhada abaixo:

	Consolidado									Controladora	
	Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomissionamento de planta	Equipamento de processamento eletrônico de dados e móveis e utensílios	Embarcações e veículos	Ferramentas, bens de rodízio e bens de massa	Bens em construção	Total	Total	
<b>Custo</b>											
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>60.340</b>	<b>16.667.860</b>	<b>9.127.761</b>	<b>338.207</b>	<b>217.636</b>	<b>548.848</b>	<b>232.386</b>	<b>802.567</b>	<b>27.995.605</b>	<b>27.993.835</b>
Adições	(a)	-	274	-	-	-	-	-	45.218	45.492	45.218
Avaliação do estudo de descomissionamento da planta ( Closure Plan)	(b)	-	-	-	-	-	-	-	(105.190)	(105.190)	(105.190)
Provisão baixa (Barragem Fundão)	(c)	-	-	-	-	-	-	-	1.145	1.145	1.145
Bens cedidos em comodato	(d)	-	36.115	-	-	184	11.259	-	-	47.558	47.558
Transferências – entradas	(e)	103.467	122.596	47.545	-	1.618	114	32.766	-	308.106	308.106
Transferências – saídas	(e)	-	(36.115)	-	-	(184)	(11.259)	(291)	(307.815)	(355.664)	(355.664)
Alienações		-	(21)	-	-	(36)	(681)	(5)	-	(743)	(743)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(f)	34.978	(2.772.028)	(1.502.232)	(55.935)	(35.816)	(90.997)	(30.950)	(159.691)	(4.612.671)	(4.612.340)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>198.785</b>	<b>14.018.681</b>	<b>7.673.074</b>	<b>282.272</b>	<b>183.402</b>	<b>457.284</b>	<b>233.906</b>	<b>276.234</b>	<b>23.323.638</b>	<b>23.321.925</b>
<b>Depreciação acumulada</b>											
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>-</b>	<b>(4.472.617)</b>	<b>(1.790.586)</b>	<b>(19.048)</b>	<b>(124.509)</b>	<b>(174.969)</b>	<b>(57.574)</b>	<b>-</b>	<b>(6.639.303)</b>	<b>(6.637.901)</b>
Depreciação no período		-	(117.499)	(5.250)	(6.886)	(12.768)	(25.077)	(6.653)	-	(174.133)	(173.970)
Bens cedidos em comodato	(d)	-	(2.569)	-	-	(130)	(2.493)	-	-	(5.192)	(5.192)
Transferências – saídas		-	2.569	-	-	130	2.493	-	-	5.192	5.192
Alienações		-	17	-	-	30	236	4	-	287	287
Efeito das variações das taxas de câmbio	(f)	-	717.253	287.118	2.924	12.496	18.288	5.243	-	1.043.322	1.043.099
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>-</b>	<b>(3.872.846)</b>	<b>(1.508.718)</b>	<b>(23.010)</b>	<b>(124.751)</b>	<b>(181.522)</b>	<b>(58.980)</b>	<b>-</b>	<b>(5.769.827)</b>	<b>(5.768.485)</b>
<b>Saldo</b>											
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>60.340</b>	<b>12.195.243</b>	<b>7.337.175</b>	<b>319.159</b>	<b>93.127</b>	<b>373.879</b>	<b>174.812</b>	<b>802.567</b>	<b>21.356.302</b>	<b>21.355.934</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>198.785</b>	<b>10.145.835</b>	<b>6.164.356</b>	<b>259.262</b>	<b>58.651</b>	<b>275.762</b>	<b>174.926</b>	<b>276.234</b>	<b>17.553.812</b>	<b>17.553.440</b>

(a) Durante o ano de 2016 as adições resultaram em um montante consolidado de R\$45.492 (2015 montante consolidado de R\$405.537). Das adições, cabe destacar os principais projetos

em 31 de dezembro de 2016: Reposição de rejeitos na cava "Alegria Sul" R\$9.419, sobressalentes capitalizáveis R\$6.566 e aquisição de propriedade rural em candonga R\$6.478.

	Data de início	Data final	2016	2015
PCN Reposição de Rejeitos na Cava Fase I	2016	2017	9.419	-
Sobressalentes Germano/ Ubu	2014	2016	6.566	11.476
AQUISIÇÃO DE TERRENOS - CANDONGA F1	2016	2016	6.478	-
Terrenos	2014	2016	3.319	5.865
Gastos de Capital UHE Guilman Amorim	2016	2016	2.481	-
Estruturas de drenagem para as áreas de lavra e pilhas de estéreis	2016	2016	1.978	-
Reforma e Ampliação do Restaurante de Germano	2013	2016	1.795	11.930
Precipitador 06FE003 da Usina 3 (Reforma)	2016	2016	1.526	-
Repotenciamento TCLDs e Britagem CIII	2016	2016	1.149	-
Adequação Acesso Área Alfandega e Integr. Dados	2016	2016	1.101	-
SCAP Pelotamento U4	2016	2016	812	-
Nova área de descarregamento de insumos do beneficiamento	2014	2016	797	36.600
Aquisição de ferramentas da GMU	2016	2016	744	-
Instrumentação de Pilhas de Estéril	2016	2016	707	-
Controle da Implantação do Projeto Gestão de Riscos Críticos	2016	2016	632	-
Plano de Estabilização de Taludes Industriais	2016	2016	545	-
Rede Básica Germano	2010	2015	474	9.114
Reparo de Defeitos Amassamento Reportados pelo Pig Pipeway M3	2016	2016	468	-
Substituição da Frota do atual contrato PBTH	2014	2016	24	10.932
Efluentes industriais e água em Ubu 2793	2014	2016	5	12.281
Automatizar as operações de Estocagem e Embarque	2014	2016	1	12.192
Alteamento das barragens de Germ. e Fundão para EL. 940m - fase 2	2015	2016	-	51.263
Projeto Quarta Pelotização	2011	2016	-	31.437
Ampliação da capacidade da Filtragem 1	2015	2015	-	20.896
Oficina de equipamentos móveis da mina	2011	2015	-	108
Estruturas metálicas para alinhamento do conjunto rotativo	2014	2015	-	183
Impermeabilização da Bacia de Polpa	2013	2015	-	75
Outros			4.471	191.185
<b>Total</b>			<b>45.492</b>	<b>405.537</b>

(b) O estudo de avaliação de descomissionamento das plantas industriais foi revisado e resultou em uma redução de R\$105.190.

(c) Provisão para perda de ativos imobilizados associados ao evento do rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão passou por ajuste contábil, conforme descrito na Nota 3(e).

(d) Os bens cedidos em comodato referem-se ao acordo firmado com Vale e Fundação Renova. Os bens foram cedidos na seguinte ordem: R\$42.312 para Vale e R\$54 para a Fundação Renova.

(e) Os investimentos em ativo imobilizado e intangível são registrados na rubrica Bens em Construção. Uma vez que tais

investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) dos bens para as respectivas contas de imobilizado e intangível, obedecendo à natureza contábil de cada bem.

(f) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).

### 12.1 Análise do valor recuperável (*impairment*)

Em decorrência da paralização das operações da Companhia em Mariana, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, a Samarco identificou indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e efetuou teste de "impairment" no exercício.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) vida útil estimada das minas da Samarco; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente a vida útil estimada; (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* - WACC); (iv) projeções de mercado em relação às taxas de câmbio (Real/Dólar Americano); (v) projeções de mercado em relação à cotação do preço da pelota de minério de ferro (BF e DR).

As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC de 11,3%; taxa média de inflação de 5,6% em 2017, alcançando 3,9% no longo prazo; taxa de câmbio média para 2017 de R\$3,49, alcançando R\$4,74 no longo o prazo; preço médio da pelota BF e DR, conforme índice Platts projetado por analistas de mercado e referências internacionais de frete marítimo.

Na avaliação da recuperabilidade dos ativos não financeiros de longo prazo, com base nos fluxos de caixa projetados, realizada para 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou a necessidade de constituir provisão para *impairment* de ativos.

É importante ressaltar que os insuficientes recursos de caixa disponíveis para atender à obrigação da Companhia, bem como as incertezas quanto ao momento em que a Companhia retomará suas operações, levantam dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuar a operar (Nota 1).

### 12.2 Valor residual

A Companhia adota como política estender ao máximo a vida útil de seus ativos, por meio da realização de manutenções preventivas e corretivas. Tais políticas permitem manter seus ativos em perfeito funcionamento e produzindo por longos períodos de tempo até que efetivamente se tornem obsoletos ou sucateados. Portanto não há expectativa de recuperação de valores na venda de ativos imobilizados, ou que seus valores residuais aproximam-se de zero.

### 12.3 Bens em garantia

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía bens dados em garantia para lastrear processos judiciais. Esses bens estão registrados como ativo Imobilizado e compreendem máquinas e equipamentos, embarcações e sistemas correlatos cujo valor contábil líquido é de R\$4.194.059 (R\$438.178 em 2015). Para 2016 houve incremento de processos associados ao evento do rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão R\$2.852.570.

### 12.4 Vida útil

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a companhia concluiu no decorrer do ano de 2016 que as vidas úteis residuais de seu complexo industrial transcorreram normalmente, haja vista que não ocorreram alterações no uso esperado do ativo, que é avaliado com base na capacidade ou na produção física esperada do mesmo. Portanto não houve mudanças nos padrões de uso do imobilizado da Samarco em 2016, ou seja, suas vidas úteis estão compatíveis com o benefício esperado de seu complexo industrial.

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo imobilizado, assim como a vida útil por natureza contábil dos bens, utilizada para calcular a depreciação, com base no método das unidades produzidas para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas e o método linear de depreciação para os restantes:

Item	Descrição das contas	2016		2015	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Terrenos	Áreas das plantas industriais.	-	-	-	-
Edifícios	Prédios, galpões, guaritas, pavimentações e benfeitorias de obras civis.	33	10 a 50	34	10 a 50
Máquinas e equipamentos	Forno, discos de pelotização, ship loader, carregadeiras, precipitadores, moinhos de bolas, carros de grelha e outros afins.	20	10 a 50	20	10 a 50
Mineroduto e sistemas correlatos	Tubulação para o transporte de minério e instalações industriais, tais como, transportadores de correia, cabeamento e outros.	18	20 a 43	18	20 a 43
Descomissionamento de planta	Obrigações ambientais de descontinuidade do mineroduto e instalações industriais de Germano e Ubu.	41	43	43	43
Equipamentos de processamento de dados	Microcomputadores, impressoras, monitores, notebooks, servidores, interfaces ópticas, coletores, switch, hub, patch painel, racks etc.	4	5	4	5
Móveis e utensílios	Cadeiras, mesas, armários, e outros mobiliários afins.	9	10	8	10
Embarcações	Barcos, balsas, lanchas e dragas.	16	9 a 24	16	9 a 24
Veículos	Automóveis, caminhões, empilhadeiras, guindastes, tratores, carregadeiras.	9	4 a 25	10	4 a 25
Ferramentas	Chaves de impacto, multímetros, taquímetros, microscópicos e outros aparelhos de pequeno porte.	12	10 a 25	12	10 a 25
Bens de rodízio	Partes e peças de máquinas e equipamentos e instalações industriais.	21	10 a 27	20	10 a 27
Bens de massa	Disjuntores, capacitores, bombas hidráulicas e outros bens de pequeno porte.	19	5 a 24	20	5 a 24



### 13. INTANGÍVEL

A composição do ativo intangível encontra-se detalhada abaixo:

	Consolidado							Controladora	
	Direito de passagem	Direitos minerários	Outros direitos	Remoção de estéril	Sistemas aplicativos Softwares	Bens em Construção	Total	Total	
<b>Custo</b>									
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>32.987</b>	<b>49.387</b>	<b>2.249</b>	<b>25.446</b>	<b>167.823</b>	<b>16.284</b>	<b>294.176</b>	<b>294.167</b>
Adições	(a)	-	-	-	-	-	2.523	2.523	2.523
Transferências – entradas		-	-	-	-	4.124	-	4.124	4.124
Transferências - saídas		-	-	-	-	-	(4.124)	(4.124)	(4.124)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(b)	(5.456)	(8.168)	(371)	(4.208)	(27.151)	1.457	(43.896)	(43.894)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>27.531</b>	<b>41.219</b>	<b>1.878</b>	<b>21.238</b>	<b>144.796</b>	<b>16.140</b>	<b>252.803</b>	<b>252.796</b>
<b>Amortização acumulada</b>									
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>(5.979)</b>	<b>(33.273)</b>	<b>(2.249)</b>	<b>(4.793)</b>	<b>(126.756)</b>	-	<b>(173.050)</b>	<b>(173.041)</b>
Amortização do período	(c)	(2.050)	(163)	-	(1.769)	(8.024)	-	(12.006)	(12.006)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(b)	46	5.306	371	113	16.760	-	22.596	22.593
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>(7.983)</b>	<b>(28.130)</b>	<b>(1.878)</b>	<b>(6.449)</b>	<b>(118.020)</b>	-	<b>(162.460)</b>	<b>(162.454)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>27.008</b>	<b>16.114</b>	-	<b>20.653</b>	<b>41.067</b>	<b>16.284</b>	<b>121.126</b>	<b>121.126</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>19.548</b>	<b>13.089</b>	-	<b>14.789</b>	<b>26.776</b>	<b>16.140</b>	<b>90.342</b>	<b>90.342</b>

(a) Os investimentos e os gastos relativos ao intangível são registrados na rubrica Bens em construção no ativo imobilizado. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) desses bens para as respectivas contas de intangível, obedecendo à natureza contábil de cada bem.

(b) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).

(c) Para os direitos de passagem e direitos minerários a amortização do intangível é calculada segundo expectativa de vida útil das minas de minério de ferro de propriedade da Companhia. Para os demais é aplicado o método linear.

### 13.1 Vida útil

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo intangível, assim como a vida útil por natureza contábil:

Item	Descrição das contas	2016		2015	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Direitos de passagem	Direitos adquiridos para utilização da faixa de servidão do solo, para a passagem dos minerodutos.	39	43	43	43
Direitos minerários	Direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro.	43	43	43	43
Outros direitos	Direito de uso do oleoduto.	14	15	14	15
Remoção de estéril	Custos de remoção de estéril, incorridos em mina de superfície durante a fase de produção da mina.	18	14	14	14
Sistemas aplicativos software	Softwares e licenças.	6	5	5	5

### 13.2 Pesquisa e desenvolvimento

A Companhia efetuou desembolso referente a gastos com pesquisas e desenvolvimento no montante de R\$21.507 (R\$107.156 em 2015); os mesmos foram reconhecidos como outras despesas operacionais líquidas no ano de 2016.

## 14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercado interno	183.316	110.609	183.322	110.623
Mercado externo	3.845	5.537	3.878	5.574
Partes relacionadas (Nota 11)	97.836	2.560	97.836	-
	<b>284.997</b>	<b>118.706</b>	<b>285.036</b>	<b>116.197</b>

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são instrumentos utilizados pela Companhia para financiar seus projetos e iniciativas de longo prazo. As operações de empréstimos e financiamentos possuem originalmente, prazo superior a 1 (um) ano e são captadas majoritariamente em Dólar norte-americano.

Com a paralisação de suas atividades operacionais, a Companhia não conseguiu cumprir com algumas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Como consequência desses não-cumprimentos, todos os empréstimos e financiamentos, exceto um que não possui *covenant* financeiro, foram reclassificados para o curto prazo refletindo um aumento nos valores de provisão de juros e a aplicação de juros de mora.

	Controladora				Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Total 2016	Total 2015	Total 2016	Total 2015
Operações no exterior	12.323.286	-	12.323.286	14.907.379	12.323.286	14.907.379
Operações no país	1.055.633	7.572	1.063.205	162.783	1.063.205	162.783
<b>Total</b>	<b>13.378.919</b>	<b>7.572</b>	<b>13.386.491</b>	<b>15.070.162</b>	<b>13.386.491</b>	<b>15.070.162</b>
Circulante	13.378.919	-	13.378.919	328.243	13.378.919	328.243
Não circulante	-	7.572	7.572	14.741.919	7.572	14.741.919

No exercício de 2016, a Companhia contratou operações de empréstimos com seus acionistas Vale S.A.(Vale) e BHP Billiton Brasil Ltda (BHP), através de emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, sendo a 1ª emissão celebrada com a BHP e a 2ª emissão com a Vale. Ambos os instrumentos possuem condições idênticas quanto ao valor e com prazo total de 1 ano, sendo os pagamentos de principal e os juros – equivalentes à LIBOR acrescida a 1,15% ao ano – efetuados no vencimento em 02 de agosto de 2017. O total das emissões de debêntures em 2016 foi de R\$912.548.

Também no exercício de 2016, a Companhia cancelou com o BNDES o contrato financeiro que havia sido assinado em outubro de 2014 no valor de R\$201.000. A Companhia não havia sacado nenhum valor deste contrato.

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, que representavam 92,1% do total dos empréstimos e financiamentos (98,9% em 2015), se apresentava como segue:

	2016		2015	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
0% a 2 %	1.583.631	28.716	4.138.452	20.023
2% a 3%	3.616.935	60.265	2.244.915	2.882
3% a 4%	-	-	-	-
Acima de 4%	7.122.720	260.331	8.524.012	83.485
	<b>12.323.286</b>	<b>349.312</b>	<b>14.907.379</b>	<b>106.390</b>

Em 31 de dezembro de 2016, os juros sobre os empréstimos e financiamentos em moeda local, que representavam 7,9% (1,1% em 2015) do total dos empréstimos e financiamentos se apresentava como segue:

	2016		2015	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
2% a 3%	912.548	6.056	-	-
3% a 4%	139.323	2.479	150.933	199
Acima de 4%	11.334	3.079	11.850	2.539
	<b>1.063.205</b>	<b>11.614</b>	<b>162.783</b>	<b>2.738</b>

O cálculo da provisão de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos aumentou em relação à 2015 devido ao não pagamento de algumas obrigações, além disso, considera um valor adicional de R\$25.967, referente a juros de mora cobrados sobre os valores em atraso.

O custo médio da dívida total, considerando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e moeda local, é de 3,7% aa (3,5% aa em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas de empréstimos e financiamentos apresentavam vencimentos conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado									
	Total	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Empréstimos e financiamentos	13.386.491	13.378.919	7.572	-	-	-	-	-	-	-

O valor justo dos passivos financeiros relacionados aos empréstimos e financiamentos, cujos saldos contábeis são mensurados ao custo amortizado, é calculado conforme a seguir:

- o valor justo das operações de *bonds* é obtido pela cotação do título no mercado secundário (utilizado o valor de fechamento, informado pela *Bloomberg*);
- para as operações de empréstimo na modalidade PPE – Pré Pagamento de Exportação, Finame

e mútuos que não possuem divulgação em mercado secundário de dívida ou para as quais o referido mercado não apresenta liquidez suficiente, foi utilizado como referência a cotação do *Bonds 2022* no mercado secundário e a taxa Libor válida para 6 meses, vigentes em 31 de dezembro de 2016.

A apresentação dos valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos segue abaixo:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Bonds	7.383.051	4.028.853	8.607.497	2.884.835
EPPs (export pre payments)	5.289.547	4.193.506	6.406.272	4.041.601
Outros	1.074.819	955.179	165.521	89.024
	<b>13.747.417</b>	<b>9.177.538</b>	<b>15.179.290</b>	<b>7.015.460</b>

## Garantias e obrigações dos empréstimos e financiamentos

Alguns empréstimos e financiamentos de natureza de longo prazo da Companhia são garantidos por notas promissórias e recebíveis de exportação previamente definidos.

Em decorrência da situação não operacional da Companhia, desde o rompimento da barragem de Fundão, algumas obrigações (*covenants*) presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos não foram cumpridas, como o índice de endividamento (Net Debt/EBITDA limitado a 4:1). Além disso, a Companhia deixou de pagar valores de principal e juros de empréstimos vencidos no exercício.

Para o cálculo do índice Net Debt/EBITDA a Companhia utiliza um EBITDA ajustado como base de cálculo dos financial covenants, este em consonância com as definições incluídas nos diversos contratos vigentes com os credores. Para tal critério são excluídos ganhos e perdas extraordinárias não caixa, tais como provisões, a fim de refletir no EBITDA a expectativa de geração de caixa, portanto avaliando a solidez e liquidez financeira da Companhia e sua capacidade de pagar toda a dívida num determinado período de tempo.

A Companhia contratou o J.P. Morgan para atuar como seu assessor financeiro e iniciou um processo de comunicação com bancos credores e "Bondholders", visando endereçar adequadamente as condições existentes de seus contratos de empréstimo e financiamento vis-à-vis sua atual condição financeira.

## Class Action Complaint (ação coletiva) - Detentores de títulos

Em 14 de novembro de 2016, uma ação coletiva putativa foi proposta no Tribunal Distrital dos Estados Unidos - Distrito Sul de Nova York - em nome de todos os compradores de "bond notes", papéis que foram adquiridos entre 31 de outubro de 2012 e 30 de novembro de 2015, e com vencimento em dez anos (2022, 2023 e 2024), contra Samarco e seu ex-diretor presidente. A queixa contém reivindicações sob as leis federais de valores mobiliários dos EUA e indica que o requerente buscará a aprovação da corte americana para proceder com uma ação coletiva (class action).

Em 6 de março de 2017, esta ação coletiva putativa foi alterada para incluir a BHP Billiton Ltd, a BHP Billiton Plc, a BHP Billiton Brasil Ltda, e a Vale S.A. e executivos da Samarco, incluindo quatro membros do seu Conselho de Administração, que é composto por representantes da Vale e da BHP.

O montante das indenizações pleiteadas pelos autores não foi especificado e, dado o estágio preliminar desta ação, não é possível neste momento, fornecer os possíveis resultados ou uma estimativa confiável de potenciais exposições futuras da Samarco.

## 16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### 16.1 Benefícios de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (ValiaPrev), caracterizada por ser uma entidade multipatrocinada, com multiplano, administrando planos de benefícios com independência patrimonial e assegurando aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial Básica. O plano oferecido é de contribuição definida e engloba os seguintes benefícios:

- » Renda de aposentadoria normal
- » Renda de aposentadoria antecipada
- » Suplementação da aposentadoria por invalidez
- » Suplementação de pensão por morte
- » Renda de pensão por morte
- » Renda de benefício diferido por desligamento
- » Suplementação de abono anual
- » Renda de abono anual
- » Resgate

#### (a) Plano de aposentadoria de contribuição definida

Para custeio do plano são realizadas contribuições ordinárias em valor exatamente igual ao do participante, limitadas a 9% na parcela do salário-de-participação excedente a 10 unidades referenciais do plano, e ainda contribuições para garantir os benefícios de risco (invalidez e morte em atividade e abono anual) e para o custeio administrativo do plano.

No exercício de 2016 a Companhia efetuou contribuições para o plano de contribuição definida no montante de R\$8.798 (R\$12.497 em 2015).

#### (b) Parcela de benefício definido do plano de aposentadoria

Os custos e obrigações relacionadas aos benefícios de aposentadoria oferecidos aos seus empregados ao se aposentarem, são registrados com base em laudo de avaliação atuarial específico.

O laudo de avaliação atuarial apurou os benefícios de aposentadoria considerando as definições constantes nos regulamentos, no que diz respeito às elegibilidades, fórmulas de benefício e formas de reajuste.

O laudo atuarial avaliou a parcela de benefício definido, existente no plano, que representa a obrigação construtiva referente às suplementações de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e de abono anual, denominadas Plano de Risco, e a renda de aposentadoria.

### 1 – Mudança no valor presente das obrigações

	2016	2015
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	24.754	24.729
Custo do serviço corrente	558	1.369
Juros sobre obrigação atuarial	2.930	2.723
(Ganhos)/perdas atuariais – experiência	4.497	4.138
(Ganhos)/perdas atuariais – premissas demográficas	0	(2.557)
(Ganhos)/perdas atuariais – hipótese financeira	3.814	(3.954)
Benefícios pagos pelo plano	(2.319)	(1.694)
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>34.234</b>	<b>24.754</b>

### 2 – Mudança no valor justo dos ativos

	2016	2015
Valor justo dos ativos no início do exercício	55.361	47.870
Retorno real dos investimentos	19.085	6.376
Contribuições pagas pela Companhia	1.009	2.809
Benefícios pagos pelo plano	(2.319)	(1.694)
<b>Valor justo dos ativos no final do exercício</b>	<b>73.136</b>	<b>55.361</b>

### 3 – Mudança no superávit irrecuperável

	2016	2015
Superávit irrecuperável no final do exercício anterior	30.607	23.141
Juros sobre o superávit irrecuperável	3.762	2.607
Mudança no superávit irrecuperável durante o período	4.532	4.859
<b>Superávit irrecuperável no final do exercício corrente</b>	<b>38.901</b>	<b>30.607</b>

#### 4 – Custos do benefício definido

4.1 – Resultado do exercício	2016	2015
Custo do serviço corrente da Companhia	558	1.369
Juros líquido sobre o passivo/(ativo) líquido	(185)	(162)
<b>Custo do benefício definido no resultado</b>	<b>373</b>	<b>1.207</b>

4.2 – Outros resultado abrangentes (ORA)	2016	2015
(Ganhos)/Perdas atuariais de evolução do passivo	4.497	4.138
(Ganhos)/Perdas atuariais de alterações de hipótese	3.814	(6.511)
<b>(Ganhos)/Perdas atuariais que surgiram no período</b>	<b>8.311</b>	<b>(2.373)</b>
Rendimentos sobre ativos do plano (maior)/menor que taxa de desconto	(12.207)	(885)
Mudança no superávit irrecuperável	4.532	4.859
<b>Remensuração dos efeitos em outros resultados abrangentes</b>	<b>636</b>	<b>1.601</b>

4.3 – Custo do benefício definido	2016	2015
Custo do serviço corrente	558	1.369
Juros líquido sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	(185)	(162)
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	636	1.602
<b>Custo do benefício definido</b>	<b>1.009</b>	<b>2.809</b>

#### 5 – Movimentação do passivo/ativo líquido

5.1 – (Passivo)/ativo líquido	2016	2015
Valor presente da obrigação (VPO)	(34.234)	(24.754)
Valor justo dos ativos	73.135	55.361
<b>(Passivo)/ativo líquido total a ser reconhecido</b>	<b>38.901</b>	<b>30.607</b>

5.2 – Reconciliação do (passivo)/ativo líquido total	2016	2015
(Passivo)/ativo líquido total no início do exercício		
Custo do Serviço	(558)	(1.369)
Juros líquido sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	185	162
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	(636)	(1.602)
Contribuições pagas pela Companhia	1.009	2.809
<b>(Passivo)/ativo líquido total no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 6 – Custo estimado do benefício definido para 2017

Custo do serviço corrente	711
Juros líquido sobre passivo (ativo) líquido	(72)
Custo a ser reconhecido no resultado	639

## 7 – Fluxo de caixa esperado para 2017

Contribuições da Companhia	1.293
Benefícios pagos pelo plano	2.355

## 8 – Premissas atuariais

	2016	2015
<b>Econômicas</b>		
Taxa de desconto	6,06% ao ano	6,94% ao ano
Taxa de crescimento salarial	6,95% ao ano	7,10% ao ano
Inflação	4,85% ao ano	5,00% ao ano
Crescimento de benefícios	4,85% ao ano	5,00% ao ano
Retorno de ativos de longo prazo	11,12% ao ano	12,29% ao ano
<b>Demográficas</b>		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (H)	AT-2000 (H)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 (H)	AT-2000 (H)
Tábua de entrada em invalidez	RGPS 1992-2002 0,55	RGPS 1992-2002 0,55
Tábua de rotatividade	3% até 55 anos	3% até 55 anos
Idade de aposentadoria	-	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos



## 9 - Sumário de dados dos participantes

	2016	2015
<b>Empregados ativos e autopatrocinados</b>		
Número	2.415	3.001
Idade média	38,28	37,55
Tempo médio de serviço (anos)	9,88	9,29
Média salarial anual	74.835	67.361
<b>Participantes com benefício assistido</b>		
Número	97	78
Média salarial anual	26.047	25.732

## 10 – Os ativos do plano são administrados como segue:

Ativos por categoria	2016	2015
Renda fixa	486.630	384.351
Renda variável	76.179	69.798
Empréstimos	37.940	50.306
	600.749	504.455

### 16.2 Outros benefícios a empregados

A Companhia oferece ainda outros benefícios a empregados, tais como o plano de assistência médica de autogestão e co-participativo (referente a despesas realizadas), que se estende aos dependentes dos empregados, denominado Assistência Médica Supletiva (AMS). Esse plano concede aos beneficiários

os serviços de assistência à saúde nos procedimentos ambulatorial, hospitalar, odontológico e farmácia, sendo assegurado por Acordo Coletivo de Trabalho e do qual a Companhia assume integralmente a taxa administrativa. As despesas com outros benefícios foram reconhecidas no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Remuneração e encargos	(245.533)	(347.472)	(248.720)	(355.391)
Encargos previdenciários	(49.485)	(67.397)	(49.485)	(67.397)
Benefícios de plano de aposentadoria	(9.754)	(13.522)	(9.886)	(13.739)
Vale-alimentação	(27.951)	(25.017)	(27.951)	(25.017)
Assistência médica	(24.104)	(20.700)	(24.108)	(20.750)
Outros	(20.197)	(15.893)	(21.257)	(17.840)
	<b>(377.024)</b>	<b>(490.001)</b>	<b>(381.407)</b>	<b>(500.134)</b>

## 17. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Provisão de férias	23.906	27.491	23.957	27.608
INSS de empregados	3.799	5.806	3.799	5.806
FGTS a pagar	1.794	2.332	1.794	2.332
Outros	1.399	1.472	1.408	1.590
	<b>30.898</b>	<b>37.101</b>	<b>30.958</b>	<b>37.336</b>

Desde o rompimento da barragem de Fundão, a Samarco realizou vários esforços para manter sua força de trabalho. Durante esses tempos, a Companhia concedeu férias remuneradas, férias coletivas e dois períodos de *layoff* (suspensão de contrato para qualificação profissional). Após os estudos de retomada das operações, concluiu-se que, quando a Companhia for autorizada a operar, contará com um máximo de 60% de sua capacidade produtiva. Assim, foi necessária uma redução de 1.200 postos de trabalho, que levará a uma redução proporcional dos custos de mão-de-obra da Samarco no futuro. Para alcançar este processo de redução da maneira mais respeitosa possível, a Samarco respondeu ao pedido dos sindicatos e realizou um Programa de Desligamento Voluntário (PDV).

Os termos finais do PDV (Plano de Desligamento Voluntário) foram assinados com os sindicatos. Além dos valores do FGTS (obrigatórios), a Companhia pagou a quem aderiu ao PDV (i) um valor adicional correspondente a 0,5 salário por cada ano de exercício limitado a 4 salários; (ii) um valor fixo de 3 salários limitados a R\$7.500; (iii) plano de assistência médica por 6 meses a contar da data da demissão e (iv) se absteve de realizar a cobrança de um salário nominal antecipado em 2015 a título parcela da participação nos lucros ou resultados.

Assim, 880 empregados aderiram voluntariamente ao PDV e foram desligados com os benefícios acima listados. Conforme estava previsto no acordo celebrado com os sindicatos, ao término do período de adesões ao PDV a Samarco demitiu trabalhadores até atingir os 40% de redução inicialmente planejada, com pagamento de metade dos benefícios ofertados aos que aderiram voluntariamente.

Mesmo com a celebração do acordo com os sindicatos, o Ministério Público do Trabalho – MPT ajuizou Ação Civil Pública – ACP – questionando a validade do PDV e reivindicou melhoria nos benefícios oferecidos e/ou pagamento de indenização. Considerando que já haviam ações movidas em MG e ES pelos sindicatos cobrando o pagamento de participação em lucros ou resultados do ano de 2015, a Samarco celebrou acordo pondo fim a todas essas ações. Como resultado deste acordo, a Companhia se comprometeu a pagar indenização correspondente a dois salários nominais seguindo as regras de elegibilidade e proporcionalidade do programa de participação nos lucros ou resultados do exercício de 2015. Essa indenização foi dividida em duas vezes, sendo: 31 de janeiro de 2017 e 31 de março de 2017.

## 18. TRIBUTOS A RECOLHER

O saldo de tributos a recolher encontra-se detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ICMS a recolher	9.218	7.498	9.218	7.498
REFIS – Recuperação fiscal – tributos parcelados	16.394	14.798	16.394	14.798
IRRF sobre juros	41.796	13.260	41.796	13.260
ISS retido	4.153	4.003	4.153	4.003
INSS de terceiros a recolher	4.114	3.264	4.114	3.264
IRRF a recolher	3.747	4.957	3.794	5.081
DIFAL de ICMS a recolher	430	954	430	954
CFEM a recolher	0	14.152	0	14.152
COFINS retido	1.413	2.377	1.413	2.377
Outros	4.902	1.484	4.899	1.479
	<b>86.167</b>	<b>66.747</b>	<b>86.211</b>	<b>66.866</b>

## 19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as contingências em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis. As provisões e depósitos relacionados ao rompimento da barragem de Fundão estão descritos na Nota 3.

Em 2016, as provisões para obrigações presentes estão apresentadas líquidas dos correspondentes depósitos judiciais no montante de R\$76.699 (R\$69.878 em 2015). O saldo de depósitos judiciais sem provisões relacionadas está registrado no ativo no montante de R\$1.654.766 (R\$1.402.178 em 2015) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

		Controladora e Consolidado	
		2016	2015
Depósitos judiciais tributários	(a.1)	1.325.715	1.087.117
Depósitos judiciais cíveis	(a.1)	324.889	312.111
Depósitos judiciais trabalhistas		4.138	2.928
Depósitos judiciais ambientais		24	22
		<b>1.654.766</b>	<b>1.402.178</b>

(a.1) Em 11 de dezembro de 2015, a Samarco realizou um depósito judicial compulsório relativo ao processo tributário da CFEM, bem como a realização de depósitos judiciais a título de processos cíveis relacionados ao rompimento da barragem de Fundão. Para ambos os casos os valores foram descritos na Nota 3.

A movimentação para as obrigações presentes da Companhia é como segue:

	Controladora e Consolidado				2016
	2015	Adições	Reversões	Encargos	
Ações tributárias	87.155	-	(407)	4.676	91.424
( - ) Depósitos judiciais tributários	(64.241)	-	-	(3.659)	(67.900)
Ações cíveis	91.168	47.400	(23)	11.099	149.644
Ações trabalhistas	30.965	49.594	(2.924)	2.865	80.502
( - ) Depósitos judiciais trabalhistas	(5.637)	(3.239)	77	-	(8.799)
Ações ambientais	155	1.681	(1)	25	1.858
	<b>139.565</b>	<b>95.436</b>	<b>(3.278)</b>	<b>15.006</b>	<b>246.729</b>

A composição das provisões ocorre conforme o quadro a seguir:

		2016			2015		
		Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
ECE - ES	(a.1)	37.007	(37.007)	-	35.009	(35.009)	-
ECE - MG	(a.1)	30.893	(30.893)	-	29.232	(29.232)	-
ICMS – Multa – Muniz Freire - ES	(a.2)	9.963	-	9.963	9.062	-	9.062
Honorários advocatícios	(a.3)	10.536	-	10.536	10.943	-	10.943
Outros		3.025	-	3.025	2.909	-	2.909
<b>Ações Tributárias</b>		<b>91.424</b>	<b>(67.900)</b>	<b>23.524</b>	<b>87.155</b>	<b>(64.241)</b>	<b>22.914</b>
<b>Ações cíveis</b>	(a.4)	<b>149.644</b>	<b>-</b>	<b>149.644</b>	<b>91.168</b>	<b>-</b>	<b>91.168</b>
<b>Ações trabalhistas</b>		<b>80.502</b>	<b>(8.799)</b>	<b>71.703</b>	<b>30.965</b>	<b>(5.637)</b>	<b>25.328</b>
<b>Ações ambientais</b>		<b>1.858</b>	<b>-</b>	<b>1.858</b>	<b>155</b>	<b>-</b>	<b>155</b>
		<b>323.428</b>	<b>(76.699)</b>	<b>246.729</b>	<b>209.443</b>	<b>(69.878)</b>	<b>139.565</b>

**(a) Provisões reconhecidas pela Companhia para litígios:**

Nota	Descrição	Posição	2016	2015
(a.1)	Ação judicial visando à declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da exigência dos encargos e aquisição de energia elétrica emergencial, em virtude de vícios técnicos quando da instituição dessas exações.	Ambos os processos (ES e MG) aguardam decisão em 3ª instância judicial.	67.900	64.241
(a.2)	Autuações referentes à cobrança de ICMS nas operações de transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire, de sua propriedade, para consumo em seu estabelecimento industrial de Ponta Ubu, Anchieta, ES, bem como de multa por falta de emissão de nota fiscal em tais operações.	Processo julgado favorável a Samarco com decisão transitada em julgado.	9.963	9.062
(a.3)	Provisão relacionada a honorários advocatícios referentes a processos que estejam classificados como perda remota.	-	10.536	10.943
Outros	Processos relativos à antiga Usina Hidrelétrica Guilman-Amorim, extinta por cisão e posterior incorporação, referentes a, compensação de Prejuízos Fiscais, PIS, COFINS.	Existência de processos no aguardo de decisões no âmbito administrativo e judicial.	3.025	2.909
(a.4)	Provisão constituída para cobrir as perdas potenciais com processos cíveis relacionados a indenizações a terceiros e em processos de intermediação de transferência de créditos de ICMS.	Processos em esfera judicial, em diversas fases processuais.	149.644	91.168
Trabalhistas	Processos trabalhistas relacionados, sobretudo, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos nas esferas administrativa e judicial, em diversas fases processuais.	80.502	30.965
Ambientais	Auto de infração 1284/10, exarado pelo DNPM, pelo suposto descumprimento do inc. V do artigo 54 do Regulamento do Código de Mineração.	Aguarda análise da Defesa Administrativa apresentada.	1.858	155
			<b>323.428</b>	<b>209.443</b>

**(b) Contingências possíveis:**

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2016	2015
Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" nos anos-calendários de 2008 a 2014.	Cobrança relativa à CSLL 2008 irá retornar para a segunda instância administrativa para apreciação parcial do mérito. O processo relativo aos períodos de 2009 e 2010 foi julgado em junho de 2017 no âmbito administrativo, com êxito parcial (dedutibilidade dos royalties). Com relação ao período de 2011 a 2014, recurso administrativo foi apresentado pela empresa, aguardando apreciação do órgão julgador.	4.293.666	2.472.611
Autos de infração, relativos aos anos de 2000 a 2003, 2007 a 2014, por suposta apuração incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da exportação de minerais em detrimento de alíquota geral de 15% com aplicação do adicional de 10%.	Processos relativos ao período de 2000 a 2003 e 2007 a 2008 objeto de cobrança na esfera judicial. Período de 2009 e 2010 julgado no âmbito administrativo desfavoravelmente à empresa, aguardando inscrição do débito em Dívida Ativa. Em relação ao período de 2011 a 2014, houve julgamento favorável em 1ª instância administrativa apenas em relação à multa isolada. Aguarda-se apreciação do recurso da empresa em relação à cobrança do IRPJ e da Fazenda Nacional quanto à multa isolada.	3.694.286	1.859.773
Autos de infração lavrados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) por alegado recolhimento a menor da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e, paralelamente, ação judicial ajuizada pela Prefeitura Municipal de Mariana, tendo como fundamentação legal os mesmos argumentos defendidos pelo DNPM em suas autuações.	3 processos judiciais aguardando decisão em 1ª instância e 1 processo aguardando decisão de recurso administrativo.	1.077.475	945.809
Execuções fiscais relativas à tempestividade e aos respectivos valores dos recolhidos a título de PIS apurados em base semestral nos períodos de setembro de 1989 a agosto de 1994.	1 processo aguardando decisão em 1ª instância judicial e 1 processo aguardando decisão na instância superior.	21.804	21.182
Autos de infração relativos à exigência de contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos feitos aos seus segurados empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados e Prêmio "Campo de Ideias", entre outros assuntos, tais como (i) contribuições sociais supostamente devidas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, incidentes sobre os pagamentos referidos; (ii) multa por deixar de arrecadar contribuições sociais; e (iii) multa por falta de informações nas GFIPs.	Aguardando decisão de recursos administrativos. Os processos com períodos até 2008 e não alcançados pela decadência foram inseridos no REFIS.	25.312	23.418
Glosa de compensação do saldo negativo de IRPJ e CSLL da extinta Usina Hidrelétrica Guilman-Amorim (observação do limite de 30% legalmente previsto).	Débito incluído no REFIS.	8.277	7.681

>> CONTINUAÇÃO

Descrição	Posição	2016	2015
Glosa de compensação de créditos de PIS e COFINS do período de abril de 2006 a dezembro de 2007 e 2008 a 2010 com débitos de IRPJ de estimativa mensal apurada no mesmo período, entregando as PER/DCOMPs individualizadas por trimestre e origem de créditos (créditos de PIS e COFINS).	Processos aguardando decisão de recurso administrativo.	156.940	145.930
Autuações referentes à cobrança de ICMS nas operações de transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire, de sua propriedade, para consumo em seu estabelecimento industrial de Ponta Ubu, Anchieta, ES, bem como de multa por falta de emissão de nota fiscal em tais operações.	2 processos com decisão transitada em julgado a favor da Samarco e 1 pedente de apreciação no âmbito judicial.	57.457	50.082
Execução fiscal e auto de infração emitido pela Prefeitura Municipal de Anchieta em que critica a área onde a planta industrial da Samarco está localizada em Ubu, que está sujeito ao imposto, também exigindo o imposto sobre a área para a qual o ITR é pago.	3 processos (1999 a 2004, 2007 a 2011 e 2012 a 2015) aguardando apreciação no âmbito judicial e 1 no âmbito administrativo (2016).	107.961	77.790
Processos Cíveis relacionados, sobretudo a indenizações a terceiros. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desses litígios é possível.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	74.470	64.064
Processos trabalhistas relacionados, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	59.085	56.344
Processos envolvendo riscos ambientais referentes aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no que se referem a autuações pelos órgãos de fiscalização.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	16.250	62.893
Outros	-	111.105	100.106
		<b>9.704.088</b>	<b>5.887.683</b>

As contingências relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão foram descritas na Nota 3(h).

## 20. PROVISÕES DIVERSAS

		Controladora e Consolidado	
		2016	2015
Provisão energia elétrica	(a)	1.536	25.181
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	1.634.522	1.949.964
<b>Total circulante</b>		<b>1.636.058</b>	<b>1.975.145</b>

		Controladora e Consolidado	
		2016	2015
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	(d)	319.863	384.839
Provisão direitos minerários	(c)	112.222	112.222
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	5.576.590	8.054.838
<b>Total não circulante</b>		<b>6.008.675</b>	<b>8.551.899</b>

(a) Aquisição de energia para utilização no processo produtivo, não faturada pelas concessionárias no período.

(b) Provisão referente ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3.

(c) A Companhia paga à acionista Vale pela cessão de direitos minerários sobre os recursos geológicos de minério de ferro. Esses valores são calculados pela razão de 4% sobre os dividendos pagos (Nota 11).

(d) A movimentação de provisão com obrigação para desmobilização de ativos está representada conforme tabela abaixo:

		Controladora e Consolidado	
		2016	2015
Provisão no início do exercício		384.839	350.718
Acréscimo de provisão		40.214	36.651
Revisões estimadas nos fluxos de caixa		(105.190)	(2.530)
Provisão no final do exercício		319.863	384.839

Em 2014, a Companhia realizou a revisão do plano conceitual de fechamento das unidades operacionais com o objetivo de diagnosticar a situação ambiental das áreas de exploração minerária, subsidiar a avaliação de impactos e riscos ambientais no fechamento, estabelecer medidas para a redução de eventuais riscos advindos de potenciais fontes de contaminação, estabilização de possíveis passivos ambientais e estimar os custos de fechamento conforme a fase do plano. A política da Companhia é de revisão desse plano a cada três anos, entretanto, devido ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, a

Administração, com a assessoria de consultores externos, revisou o plano de fechamento das unidades operacionais em 2015 e em 2016.

A provisão para desmobilização de ativos foi baseada em informações atuais incluindo a tecnologia disponível e preços correntes. A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando como taxa de desconto 10,62 % ao ano, baseada nos parâmetros adotados pela Companhia para avaliações econômico-financeiras.



## 21. OUTROS PASSIVOS

Os outros passivos estão representados como segue:

		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>					
Adiantamento de clientes no exterior		897	-	897	-
Comissões/serviços a pagar no exterior a partes relacionadas (Nota 11)	(a)	11.202	44.099	0	-
Demurrage a pagar	(b)	2.992	9.813	2.992	10.012
Valores a pagar (materiais/serviços)	(c)	230	1.108	230	1.108
Consórcio UHE Guilman-Amorim (Nota 2)		4.485	2.947	4.485	2.947
Multas ambientais Parcelas – SEMAD ( Nota 3)	(f)	24.886		24.886	
Outros		2.013	6.734	1.102	7.276
<b>Total circulante</b>		<b>46.704</b>	<b>64.701</b>	<b>34.592</b>	<b>21.343</b>
<b>Não circulante</b>					
REFIS – Recuperação fiscal – tributos parcelados	(d)	178.967	176.345	178.967	176.345
Lucro não realizado nos estoques	(e)	-	98.777	-	-
Multas ambientais Parcelas – SEMAD ( Nota 3)	(f)	97.471		97.471	
Partes Relacionadas ( Nota 11)	(f)	477.488		477.488	
Outros		515	533	515	533
<b>Total não circulante</b>		<b>754.441</b>	<b>275.655</b>	<b>754.441</b>	<b>176.878</b>

(a) Refere-se à comissão e serviços prestados de agenciamento efetuada pela controlada Samarco Europe referente à intermediação de vendas de minério de ferro.

(b) Valor devido pela Samarco referente ao tempo adicional utilizado no carregamento ou na descarga do produto no porto.

(c) Valores referentes a materiais e bens adquiridos cujo registro fiscal não foi realizado, pois a respectiva nota não havia sido emitida pelo fornecedor. Os bens e materiais, já estão contabilizados em estoque e custo.

(d) Em 20 de dezembro de 2013 a Samarco aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS IV, conforme Lei nº 12.865/13. A primeira

parcela foi paga no momento da adesão. O montante total parcelado foi de R\$180.789, com pagamento em 180 parcelas. O montante de R\$178.967 refere-se a 131 parcelas de longo prazo, atualizados pela SELIC. As parcelas de curto prazo estão apresentadas em Tributos a Recolher, conforme demonstrado na Nota 18.

(e) O valor refere-se aos lucros não realizados nos estoques da Samarco Finance relativos a pelotas de minério de ferro adquiridas junto a Samarco.

(f) Multas ambientais oriundas dos danos causados pelo rompimento da barragem e aporte dos Acionistas Vale e BHP para a Fundação Renova, conforme descrito na Nota 3.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 22.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$297.025, dividido em ações conforme abaixo:

	Quantidade de ações	% do capital total
BHP Billiton Brasil Ltda.	2.621.653	50
Vale S.A.	2.621.653	50
	5.243.306	100

### 22.2 Dividendos

Em 18 de dezembro de 2015, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão (Nota 3), foi proferida decisão judicial que dentre outras determinações impediu a Companhia de efetuar distribuição de dividendos pendentes a partir de 5 de novembro de 2015. Dessa forma, conforme deliberado em Assembléia Geral

Extraordinária ocorrida em 31 de dezembro de 2015 os dividendos declarados na AGO e ainda não pagos foram reclassificados para o longo prazo.

Conforme Estatuto Social da Companhia os dividendos obrigatórios são de 25% do lucro líquido nos termos da lei 6.404/76.

### 22.3 Resultados abrangentes

		Controladora e Consolidado	
		2016	2015
Estoques		56.603	146.613
Imobilizado		6.738.173	10.307.803
Intangível		27.471	48.383
Custo		768.956	631.142
Variação cambial		(6.038.172)	(7.703.814)
Outros		132.922	161.989
<b>Ajustes acumulados de conversão</b>	(a)	<b>1.685.953</b>	<b>3.592.116</b>
Remensuração de benefício pós-emprego		(3.549)	(2.913)
<b>Remensuração de benefício pós-emprego</b>	(b)	<b>(3.549)</b>	<b>(2.913)</b>
		<b>1.682.404</b>	<b>3.589.203</b>

(a) Referem-se às variações cambiais resultantes da conversão do balanço patrimonial e do resultado do exercício da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras, Real.

(b) Referem-se aos ganhos e perdas atuariais de evolução do passivo, alterações de hipóteses, rendimentos sobre os ativos do plano e mudança no superávit irrecuperável (Nota 16).

## 23. RECEITAS

A Companhia atua no mercado de mineração provendo suas receitas mediante a comercialização de pelotas de minério de ferro: PDR - Pelota para redução direta e PBF - Pelota para alto-forno. O excedente da produção de concentrado de minério de ferro é comercializado como finos (*pellet feed*).

Em 2015, a Companhia realizou vendas somente para o mercado externo, comercializando seus produtos e subprodutos com países das Américas, Ásia, África e Europa. Além das receitas de produtos e subprodutos, a Companhia obteve, em 2015, receitas com excedentes de energia elétrica e receitas com serviços logísticos no porto de sua propriedade, tais como aluguel de

lanchas e rebocadores, disponibilização de áreas e vendas de minério de ferro não aglomerado, as quais estão demonstradas na linha denominada "outros produtos e serviços".

As receitas geradas em 2016 foram suportadas pelos estoques da Companhia de vendas de produtos e subprodutos para as mesmas regiões mencionadas acima, além da continuidade de algumas receitas de excedentes de eletricidade e serviços logísticos no Porto de sua propriedade. Devido o rompimento da barragem de Fundão e subsequente suspensão das licenças de exploração, as operações foram temporariamente suspensas, não havendo produção no período.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Pelotas - Exterior	155.497	6.294.881	153.713	6.294.881
Finos - Exterior	11.793	134.398	11.793	134.398
Energia elétrica	33.802	168.781	33.802	168.781
Outros produtos e serviços	11.582	40.041	11.583	40.041
<b>Total da receita bruta</b>	<b>212.674</b>	<b>6.638.101</b>	<b>210.891</b>	<b>6.638.101</b>
Impostos sobre vendas	(4.332)	(20.687)	(4.332)	(20.687)
Frete sobre vendas	497	(135.906)	497	(135.906)
<b>Receita líquida</b>	<b>208.839</b>	<b>6.481.508</b>	<b>207.056</b>	<b>6.481.508</b>

## 24. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

Os custos dos produtos vendidos estão representados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Insumos	-	(986.975)	-	(986.975)
Energia elétrica	-	(345.712)	-	(345.712)
Materiais	-	(266.281)	-	(266.281)
Serviços contratados	-	(331.455)	-	(331.455)
Despesas com pessoal	-	(287.315)	-	(287.315)
Depreciação e amortização	-	(387.303)	-	(387.303)
Conversão de moeda	(137.814)	(406.055)	(137.814)	(406.055)
Venda de energia elétrica	(18.366)	(71.003)	(18.366)	(71.003)
CFEM	(223)	(75.597)	(223)	(75.597)
TFRM	-	(23.332)	-	(23.332)
Capacidade ociosa	(a)	(919.129)	(919.129)	(169.104)
Provisão para reforço instalações da barragem	(b)	103.336	103.336	(171.613)
Outros		(82.806)	(82.833)	(81.437)
<b>Custos dos produtos vendidos</b>		<b>(1.055.002)</b>	<b>(1.055.029)</b>	<b>(3.603.182)</b>

(a) Após o rompimento da Barragem de Fundão, as operações do complexo de Mariana foram suspensas, conforme descrito na Nota 1. Consequentemente, as operações da unidade de Ubu, ES, também foram afetadas. Dessa forma, os custos fixos de

ambas as unidades da Samarco, incorridos após o rompimento da barragem de Fundão até 31 de dezembro de 2016, foram alocados diretamente ao custo, na rubrica "capacidade ociosa" detalhado a seguir:

	2016	2015
Insumos	(708)	(123)
Materiais	(35.915)	(8.768)
Serviços	(152.892)	(41.510)
Mão de Obra	(274.840)	(45.120)
Energia Elétrica	(45.303)	(6.893)
Depreciação	(178.929)	(25.678)
Reforço Estrutural Barragens	(214.101)	(25.902)
Outros	(16.440)	(15.110)
<b>Total circulante</b>	<b>(919.129)</b>	<b>(169.104)</b>

Parte do saldo registrado na rubrica "capacidade ociosa", no valor de R\$214.101 (R\$25.902 em 2015), refere-se aos serviços de terceiros destinados para a manutenção e reparação das instalações da Samarco afetadas pelo rompimento da barragem.

(b) Provisão referente ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3 (i).

## 25. DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Despesas com vendas</b>				
Serviços contratados	(13.109)	(36.930)	(13.109)	(36.930)
Despesas com pessoal	(20.195)	(27.093)	(20.195)	(27.093)
Depreciação e amortização	(5.925)	(23.301)	(6.087)	(23.439)
Materiais auxiliares	(914)	(11.875)	(914)	(11.875)
Comissões sobre vendas	-	(27.462)	-	-
Despesas de embarque	(259)	(12.314)	(259)	(12.314)
Provisão (reversão) para perda de créditos de liquidação duvidosa	4.939	(27.896)	3.632	(27.881)
Despesas comerciais das controladas	(7.097)	-	(7.472)	(17.594)
Despesas gerais	(11.548)	(16.641)	(11.569)	(16.641)
<b>Total</b>	<b>(54.108)</b>	<b>(183.512)</b>	<b>(55.973)</b>	<b>(173.767)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				
Serviços contratados	(9.142)	(13.590)	(9.142)	(13.590)
Despesas com pessoal	(52.128)	(39.776)	(52.128)	(39.776)
Depreciação e amortização	(1.110)	(1.134)	(1.110)	(1.134)
Materiais auxiliares	(139)	(72)	(139)	(72)
Despesas gerais	(4.885)	(3.802)	(4.885)	(3.802)
<b>Total</b>	<b>(67.404)</b>	<b>(58.374)</b>	<b>(67.404)</b>	<b>(58.374)</b>

## 26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

O saldo de outras despesas operacionais, líquidas, encontra-se detalhado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Tributárias		(15.556)	(22.347)	(15.556)	(22.347)
Provisão para perdas sobre ICMS – ES		5.481	(252.548)	5.481	(252.548)
Provisões para contingências (Nota 19)		(99.426)	(11.935)	(99.426)	(11.935)
Investimentos e projetos sociais		(8.386)	(29.837)	(8.386)	(29.837)
Participações dos empregados	(a)	88	(22.969)	92	(22.595)
Provisão para remuneração baseada em ações	(c)	-	13.193	-	13.193
Provisão para plano de reestruturação - PDV		(23.864)	-	(23.864)	
Gastos com pesquisas (Nota 13)		(21.507)	(107.156)	(21.507)	(107.156)
Direitos minerários (Nota 11)		-	(78.756)	-	(78.756)
Honorários advocatícios e periciais		(5.454)	(4.209)	(5.454)	(4.209)
Ajuste de estoque (almojarifado)		(4.111)	(6.126)	(4.111)	(6.126)
Alienação de imobilizado		(452)	(1.358)	(452)	(1.358)
Provisão para baixa de imobilizado	(b)	1.145	(216.817)	1.145	(216.817)
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	3.437.267	(9.833.189)	3.437.267	(9.833.189)
Despesas com recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	(2.068.663)	(144.350)	(2.068.663)	(144.350)
Despesas Fundação Renova	(b)	(255.069)	-	(255.069)	-
Outras, líquidas		(13.247)	(142.858)	(13.258)	(140.142)
<b>Total</b>		<b>928.246</b>	<b>(10.861.262)</b>	<b>928.239</b>	<b>(10.858.172)</b>

(a) A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pelo Conselho de Administração, concede Participação nos Lucros e Resultados aos seus empregados, a qual está vinculada a metas, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, estabelecidos e acordados no início de cada ano. Devido ao rompimento da barragem de Fundão em 5 de novembro de 2015, a provisão para participação nos lucros foi revertida.

(b) Perda do ativo imobilizado, provisões e despesas referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3.

(c) O prejuízo acumulado apresentado pela Companhia influenciou no valor da ação que teve como resultado zero. No ano de 2015 foi realizada a reversão no montante de R\$13.193.

## 27. RESULTADO FINANCEIRO

O detalhamento do resultado financeiro (controladora e consolidado) está representado como segue:

<b>Receita financeira</b>		<b>2016</b>	<b>2015</b>
Rendimento sobre depósitos judiciais	(a)	177.583	71.030
Rendimentos com aplicações financeiras		4.160	12.218
Descontos obtidos		42	13
Outras receitas financeiras		26.229	4.286
<b>Receitas financeiras - consolidado</b>		<b>208.014</b>	<b>87.547</b>
Receitas registradas das controladas		(102)	(134)
<b>Receitas financeiras – controladora</b>		<b>207.912</b>	<b>87.413</b>

<b>Despesas financeiras</b>		<b>2016</b>	<b>2015</b>
Juros moratórios e fiscais	(b)	(38.932)	(35.831)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos		(501.387)	(589.949)
Juros sobre contingências	(a)	(13.366)	(7.053)
Comissões e juros bancários		(34.721)	(26.297)
IRRF sobre juros - remessa para exterior		(54.282)	-
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(c)	(11.432)	(36.454)
Despesas financeiras provisão recuperação socioambiental e socioeconômica	(d)	(746.914)	-
Outras despesas financeiras		(53.003)	(42.674)
<b>Despesas financeiras - consolidado</b>		<b>(1.454.037)</b>	<b>(738.258)</b>
Despesas registradas das controladas		(65)	22
<b>Despesas financeiras controladora</b>		<b>(1.454.102)</b>	<b>(738.236)</b>

(a) Refere-se a atualização dos depósitos judiciais e das provisões para contingências referentes aos processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais.

(b) Refere-se a juros moratórios e fiscais sobre ICMS – Minas Gerais, REFIS, TFRM e outros.

(c) Refere-se a tributação das receitas financeiras pelo PIS e COFINS conforme alterações normativas instituídos pelo Decreto nº 8.451.

(d) Atualização financeira das provisões referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3.

O saldo de variação cambial está representado como segue:

Variações cambiais	2016	2015
Caixa	644	(964)
Clientes	1.581	(5.434)
Tributos a recuperar	344.593	(907.395)
Depósitos judiciais	286.246	(338.877)
Fornecedores	(14.990)	44.350
Salários, provisões e contribuições sociais	(6.035)	17.157
Tributos a recolher	(1.444)	9.522
Dividendos	(500.239)	2.040.739
Contingência	(6.200)	13.651
Imposto de renda diferido	571.341	135.947
Outras	(56.166)	121.996
<b>Variações cambiais, líquidas – consolidado</b>	<b>619.331</b>	<b>1.130.692</b>
Variações cambiais, líquidas – registradas das controladas	77	270
<b>Variações cambiais, líquidas – controladora</b>	<b>619.408</b>	<b>1.130.962</b>

## 28. IMPOSTO DE RENDA

A Companhia está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 18% sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas e 25% sobre a parcela não incentivada.

### 28.1 Imposto de renda a pagar

A seguir, apresentamos a movimentação de imposto de renda a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>6.571</b>	-	<b>6.657</b>	<b>68</b>
Provisões do período	75.636	-	81.290	728
Pagamentos	-	-	(5.656)	(710)
Compensação com créditos de PIS e COFINS	(19.866)	-	(19.866)	-
Compensação do imposto a recuperar (antecipação)	-	-	-	-
Compensação do saldo negativo de declaração de anos anteriores	(62.341)	-	(62.341)	-
Imposto de renda a pagar anos anteriores	-	6.571	-	6.571
Ajuste IRPJ anos anteriores	-	-	-	-
<b>Saldo do final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>6.571</b>	<b>84</b>	<b>6.657</b>



## 28.2 Imposto de renda diferido

A Companhia possui imposto de renda diferido registrado no ativo não circulante constituído sobre prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis pelas alíquotas de 18% e 25%, de acordo com a aplicação de cada provisão como ajuste do lucro decorrente de exportações incentivadas ou ajuste do lucro real, respectivamente. A realização destes ativos ocorrerá de acordo com a expectativa de retomada das operações da Companhia e a consequente geração de lucros tributáveis previstos em anos futuros.

De acordo com a expectativa de retomada das atividades operacionais da Companhia (Nota 1b), no ano de 2016 foi realizada uma análise referente a realização do imposto de renda diferido constituído em 2015.

E, por entender que os lucros fiscais futuros e passíveis de tributação a alíquota de 25% não serão suficientes para suportar a

utilização do imposto de renda diferido decorrente da Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica e do prejuízo fiscal, a Companhia efetuou a redução ao valor de recuperação do ativo de imposto de renda diferido no montante de R\$1.802.778 e R\$1.233.411, respectivamente.

## 28.3 Imposto de renda diferido sobre os itens não monetários

As demonstrações financeiras foram convertidas da moeda funcional Dólar norte-americano (US\$) para o Real (R\$), que é a moeda de apresentação, enquanto a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda Real (R\$). Dessa forma, a flutuação na taxa pode ter um efeito significativo no valor das despesas de imposto de renda, principalmente sobre os ativos não monetários.

Imposto de renda diferido, líquido:

Valores constituídos pela alíquota de:	Nota	2016			2015		
		25%	18%	Total	25%	18%	Total
Provisão para perdas sobre ICMS – ES	8	374.850	-	374.850	376.220	-	376.220
Provisão para retificações de preço	6	-	-	-	31.166	-	31.166
Provisão para baixa de ativo Imobilizado	12	53.918	-	53.918	54.204	-	54.204
Provisão para ações cíveis	19	37.153	-	37.153	22.534	-	22.534
Provisão para ações tributárias	19	15.893	545	16.438	18.518	987	19.505
Provisão para ações Trabalhistas	19	19.681	-	19.681	7.697	-	7.697
Provisão para ações ambientais	19	465	-	465	39	-	39
Provisão para direitos minerários	20	28.055	-	28.055	28.055	-	28.055
Provisão recuperação socioambiental e socioeconômica	20	1.802.778	-	1.802.778	2.501.201	-	2.501.201
Redução ao valor de recuperação do ativo de imposto de renda diferido da Provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica	20	(1.802.778)	-	(1.802.778)	-	-	-
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	20	38.038	-	38.038	27.984	-	27.984
Provisão para lucros não realizados	21	-	-	-	24.694	-	24.694
Prejuízo fiscal		1.233.411	-	1.233.411	572.511	-	572.511
Redução ao valor de recuperação do ativo de imposto de renda diferido do Prejuízo Fiscal		(1.233.411)	-	(1.233.411)	-	-	-
Outras		29.801	-	29.801	23.508	-	23.508
<b>Total ativo consolidado</b>		<b>597.854</b>	<b>545</b>	<b>598.399</b>	<b>3.688.331</b>	<b>987</b>	<b>3.689.318</b>

>> CONTINUAÇÃO

Valores constituídos pela alíquota de:	Nota	2016			2015		
		25%	18%	Total	25%	18%	Total
Conversão – diferença de moeda funcional		-	(1.230.442)	(1.230.442)	-	(1.891.139)	(1.891.139)
Depreciação fiscal		-	(594.168)	(594.168)	-	(385.441)	(385.441)
Receita financeira sobre depósito judiciais		(80.259)	-	(80.259)	(39.291)	-	(39.291)
Remensuração da obrigação de benefício pós-emprego		-	-	-	-	(292)	(292)
<b>Total passivo consolidado</b>		<b>(80.259)</b>	<b>(1.824.610)</b>	<b>(1.904.869)</b>	<b>(39.291)</b>	<b>(2.276.872)</b>	<b>(2.316.163)</b>
<b>Total líquido consolidado</b>		<b>517.595</b>	<b>(1.824.065)</b>	<b>(1.306.470)</b>	<b>3.649.040</b>	<b>(2.275.885)</b>	<b>1.373.155</b>
Provisões registradas nas controladas		(113)	-	(113)	(131)	-	(131)
<b>Total líquido controladora</b>		<b>517.482</b>	<b>(1.824.065)</b>	<b>(1.306.583)</b>	<b>3.648.909</b>	<b>(2.275.885)</b>	<b>1.373.024</b>

A expectativa de realização do imposto de renda diferido encontra-se detalhada abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 8 anos	De 8 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total 2016
Provisão para perdas sobre ICMS - ES e MG	-	-	-	-	-	374.850	374.850
Provisão para baixa de ativo imobilizado	53.918	-	-	-	-	-	53.918
Provisão para ações cíveis	24.390	1.814	-	-	10.949	-	37.153
Provisão para ações tributários	-	-	-	13.068	-	3.370	16.438
Provisão para ações trabalhistas	1.154	7.443	11.008	76	-	-	19.681
Provisão para ações ambientais	28	437	-	-	-	-	465
Provisão para direitos minerários	28.055	-	-	-	-	-	28.055
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	-	-	-	-	-	38.038	38.038
Provisão para lucros não realizado	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	-	-
Conversão – diferença de moeda funcional	-	-	-	-	-	(1.230.442)	(1.230.442)
Depreciação fiscal	-	-	-	(594.168)	-	-	(594.168)
Outros	(50.457)	-	-	-	-	-	(50.457)
<b>Total consolidado</b>	<b>57.088</b>	<b>9.695</b>	<b>11.008</b>	<b>(581.023)</b>	<b>10.949</b>	<b>(814.185)</b>	<b>(1.306.470)</b>
Provisões nas controladas	(113)	-	-	-	-	-	(113)
<b>Total controladora</b>	<b>56.974</b>	<b>9.695</b>	<b>11.008</b>	<b>(581.023)</b>	<b>10.949</b>	<b>(814.185)</b>	<b>(1.306.583)</b>

## 28.4 Imposto de renda no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda</b>	<b>(675.457)</b>	<b>(7.734.013)</b>	<b>(669.803)</b>	<b>(7.732.006)</b>
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	11.228	(10.670)	-	-
Lucros auferidos no exterior	172	12.362	172	12.362
Multas fiscais não dedutíveis	803	605	803	605
Doações não dedutíveis	4.500	13.816	4.500	13.816
Diferenças de alíquota 18% para 25%	-	373.994	-	373.994
Adição da Provisão para Recuperação Socioambiental e Socioeconômica (evento da barragem)	2.793.691	-	2.793.691	-
Outras adições (exclusões)	(149.000)	68.900	(143.426)	56.224
Diferença de moeda funcional – art.62 da Lei 12.973/2014	1.801.612	(4.600.531)	1.801.612	(4.600.531)
<b>Base de cálculo</b>	<b>3.787.548</b>	<b>(11.875.537)</b>	<b>3.787.548</b>	<b>(11.875.536)</b>
Alíquota nominal	25%	25%	25%	25%
<b>Imposto de renda apurado</b>	<b>946.887</b>	<b>(2.968.884)</b>	<b>946.887</b>	<b>(2.968.884)</b>
Imposto de renda diferido depreciação fiscal	-	(93.534)	-	(93.534)
Imposto de renda das empresas do exterior	-	-	5.654	2.007
Outros ajustes	6.878	(11.701)	6.878	(11.701)
Ajuste imposto de renda diferido	18.233	(240)	18.233	(240)
Ajuste imposto de renda diferido das Adições temporárias	1.802.778	-	1.802.778	-
Ajuste imposto de renda diferido do prejuízo fiscal	572.406	-	572.406	-
Imposto de renda diferido de conversão	(660.697)	1.176.863	(660.697)	1.176.863
<b>Imposto de renda no resultado</b>	<b>2.686.485</b>	<b>(1.897.496)</b>	<b>2.692.139</b>	<b>(1.895.489)</b>

A seguir, apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda segregado entre corrente e diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda corrente	(6.878)	11.701	(12.532)	10.973
Prejuízo fiscal	(572.406)	572.511	(572.406)	572.511
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	(2.767.898)	2.490.147	(2.767.898)	2.488.868
Imposto de renda diferido sobre itens não monetários	660.697	(1.176.863)	660.697	(1.176.863)
<b>Despesas de imposto de renda diferido e corrente</b>	<b>(2.686.485)</b>	<b>1.897.496</b>	<b>(2.692.139)</b>	<b>1.895.489</b>

### 28.5 Lei 12.973/14

A Companhia adotou antecipadamente os efeitos da Lei no 12.973/14 para o ano calendário de 2014. A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

### 29. COMPROMISSOS (commitments)

A Companhia possui contratos de longo prazo para o fornecimento de matéria-prima, serviços e compras de imobilizado, conforme mostra a tabela a seguir:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 2016
Gastos de capital para ampliação e renovação de imobilizado	16.381	-	-	-	-	16.381
Serviços e outros	769.898	138.438	76.662	46.936	214	1.032.148
Aquisição de minério de ferro	-	70.347	141.882	360.249	627.886	1.200.364
Fornecimento de energia e matéria-prima	472.397	278.727	346.649	812.843	405.517	2.316.133
Custos de fretamento e logística	11.010	-	-	-	-	11.010
	<b>1.269.686</b>	<b>487.512</b>	<b>565.193</b>	<b>1.220.028</b>	<b>1.033.617</b>	<b>4.576.036</b>

Os *commitments* demonstram os compromissos que a Samarco possui que são as obrigações contratuais de longo prazo com os fornecedores para renovação e ampliação de ativo fixo, bem como para a prestação de serviços diversos objetivando a manutenção das unidades fabris e administrativas, aquisição de minério de ferro junto a terceiros, fornecimento de energia e insumos, assim como custos de fretamento com embarques.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão, a Companhia realizou algumas ações em relação aos seus *commitments* conforme descrito na Nota 3.

## 30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 30.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia possui instrumentos financeiros inerentes às suas operações, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a máxima liquidez, rentabilidade e segurança possíveis.

Em caso de contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, a gestão financeira é também realizada mediante análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.) e das políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia, sempre aprovadas por seu Comitê de Finanças.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

### 30.2 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme abaixo:

	Classificação
<b>Ativos</b>	
Caixas e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis
Aplicações financeiras em caixa restrito	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis
<b>Passivos</b>	
Fornecedores	Passivos mensurados pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivos mensurados pelo custo amortizado

Os ativos financeiros são representados por:

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixas e equivalentes de caixa	47.712	1.799.138	57.652	1.822.801
Aplicações financeiras em caixa restrito	235	82.785	256	82.811
	<b>47.947</b>	<b>1.881.923</b>	<b>57.908</b>	<b>1.905.612</b>

- Caixas e equivalentes de caixa

Bancos - Disponibilidades em contas correntes no Brasil e exterior.

Fundo fixo flutuante – Recursos de pequena monta, não remunerados, em moeda Dólar norte-americanos, a serem disponibilizados sob a forma de adiantamentos para viagens internacionais de empregados.

Aplicações financeiras disponíveis - Recursos financeiros aplicados em produtos bancários conservadores e de alta liquidez: Fundos de Investimento.

- Caixa restrito mantido para utilização em virtude de processo judicial, cujo valor de R\$235 está associado ao rompimento da barragem de Fundão conforme descrito na Nota 3(a).

### (b) Contas a receber

Recursos a serem recebidos pela Companhia, cujo saldo contábil representa o valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber	16.482	362.384	9.289	190.657

### (c) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são representados por empréstimos e financiamentos. Referem-se a operações de captação de recursos usualmente destinadas a dar suporte às operações rotineiras e investimentos.

A distribuição geográfica por região dos empréstimos e financiamentos da Companhia está representada conforme tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Brasil	7,94%	1,08%
Estados Unidos da América	80,23%	85,32%
Japão	11,83%	13,60%

### 30.3 Fatores de risco financeiro

As atividades regulares da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de preço, risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio) e risco de liquidez, conforme segue:

#### (a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia subordina-se às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram

minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia realiza anualmente análises de crédito de seus clientes, objetivando mitigar riscos de não recebimento das vendas em aberto e aquelas a serem realizadas. A condição de pagamento de clientes também é avaliada na análise de crédito. Atualmente, a Companhia disponibiliza aos seus clientes as seguintes condições de pagamento: carta de crédito e cobrança à vista ou a prazo com crédito em conta corrente.

A receita bruta de vendas foi de R\$210.891 em 2016 (R\$6.638.101 em 2015), enquanto as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa constituídas em 2016 foram de R\$29.498 (R\$33.130 em 2015), no Consolidado.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de primeira linha, avaliadas como de baixo risco por agências de *rating*.

A exposição ao risco de crédito dos recebíveis, por distribuição geográfica, é mitigada uma vez que está pulverizada entre as regiões, conforme tabela a seguir, e considerando também que as vendas com riscos maiores estão cobertas por carta de crédito:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Oriente Médio / África	-	21%
China	73%	31%
Ásia (exceto China)	23%	15%
Europa	-	19%
Américas	4%	14%

#### (b) Risco de mercado

##### (i) Risco de preço

O preço das pelotas de minério de ferro, principal produto da Companhia, é estabelecido por meio de negociações periódicas (principalmente trimestrais e mensais) com os seus clientes. O nível de preços negociado sofre impacto direto da demanda e oferta mundiais de minério de ferro.

##### (ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem impactos inesperados em função da oscilação das taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos financeiros, bem como da inflação. A maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é estabelecida em Dólares norte-americanos. Do total dos empréstimos e financiamentos R\$7.262 são relacionados a taxas fixas e R\$6.124 a taxas

flutuantes, sendo estas correspondentes majoritariamente à variação da LIBOR acrescida de "spread" contratual. A Companhia não possui proteção para a variação da LIBOR, em conformidade com suas diretrizes internas e de seus acionistas. O risco de taxa de juros decorre também de pequena parcela da dívida referenciada ao IGP-DI e de aplicações financeiras referenciadas a Selic.

### (iii) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras (moedas diferentes da moeda funcional) utilizadas pela Companhia para aquisição de insumos e/ou serviços nacionais, pagamento de tributos, dividendos e outros. A Companhia possui os seguintes ativos e passivos, em Reais, que podem exercer influência, sobre o resultado da mesma, pela variação da taxa de câmbio:

(a) Exposição do ativo	Consolidado	
	2016	2015
<b>Ativo circulante</b>		
Caixas e equivalentes de caixa	1.252	817
Aplicações financeiras em caixa restrito	256	82.811
Contas a receber no país	24.682	6.519
Tributos a recuperar	112.364	249.664
Despesas antecipadas	2.168	12.282
Outros ativos	26.881	133.071
<b>Ativo não circulante</b>		
Depósitos judiciais	1.654.766	1.402.178
Tributos a recuperar	76.902	49.222
Imposto de renda diferido	1.729.719	1.373.155
Outros ativos	68.036	35.475
	<b>3.697.026</b>	<b>3.345.194</b>

(b) Exposição do passivo	Consolidado	
	2016	2015
<b>Passivo circulante</b>		
Fornecedores	(285.036)	(110.623)
Empréstimos, financiamentos e encargos	(1.066.000)	(25.713)
Salários e contribuições sociais	(30.958)	(37.336)
Tributos a recolher	(86.211)	(66.866)
Provisão para imposto de renda	(84)	(6.657)
Dividendos	-	-
Provisões diversas	(1.636.058)	(1.975.145)
Outros passivos	(34.156)	(11.331)
<b>Passivo não circulante</b>		
Empréstimos, financiamentos e encargos	(8.818)	(139.808)
Provisões para contingências	(246.729)	(139.565)
Imposto de renda diferido	-	-
Dividendos	(2.805.548)	(2.805.548)
Provisões diversas	(6.008.675)	(8.551.899)
Outros passivos	(754.440)	(176.878)
	<b>(12.962.713)</b>	<b>(14.047.369)</b>

**(c) Exposição não registrada no balanço:**

	2016	2015		2016	2015
<b>Ações tributárias</b>			<b>Ações cíveis</b>		
Expectativa de perda remota	(2.164.877)	(2.178.659)	Expectativa de perda remota	(4.845)	(3.287)
Expectativa de perda possível	(9.554.283)	(5.704.382)	Expectativa de perda possível	(74.470)	(64.064)
<b>Ações trabalhistas</b>			<b>Ações ambientais</b>		
Expectativa de perda remota	(11.939)	(7.564)	Expectativa de perda remota	(57)	(54)
Expectativa de perda possível	(59.085)	(56.344)	Expectativa de perda possível	(16.250)	(62.893)

<b>Resumo da exposição de taxa de câmbio</b>	2016	2015
Exposição registrada no balanço (a + b)	(9.265.687)	(10.702.175)
Exposição não registrada no balanço (c)	(11.885.806)	(8.077.247)
<b>Exposição líquida total</b>	<b>(21.151.493)</b>	<b>(18.779.422)</b>

A Companhia não realiza operações financeiras de proteção aos seus ativos e passivos em Reais, em conformidade com suas diretrizes internas. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data da elaboração das demonstrações financeiras, sendo US\$1,00 equivalente a R\$3,2585 em 31 de dezembro de 2016 e US\$1,00 equivalente a R\$3,9042 em 31 de dezembro de 2015.

**(c) Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na probabilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações nos prazos devidos.

A Administração da Companhia tem enfrentado desafios em sua gestão de risco de liquidez, em decorrência da

suspensão de suas operações produtivas após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, como, por exemplo, o não cumprimento de certas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. A liquidez da Companhia em 2016 foi suportada pelos seus Acionistas, via emissão de debêntures privadas não conversíveis, como detalhado na Nota 15.

Além disso, de acordo com os termos estabelecidos no TTAC, na medida em que a Samarco não cumpra suas obrigações financeiras, cada um de seus acionistas, Vale e BHP, o fará, conforme suas participações de 50% cada no capital social da Samarco. Os valores contábeis dos fluxos de caixa dos passivos financeiros são:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2016</b>		
	<b>Valor</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 – 10 anos</b>
Fornecedores	285.036	12.658	272.378
Empréstimos e financiamentos	13.386.491	13.378.919	7.572
Encargos financeiros a pagar	360.926	359.680	1.246



O valor dos fluxos de caixa não descontados contratados está demonstrado assim:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2016		2017	2018	2019	2020 - 2025
			0 - 6 meses	6- 12 meses				
<b>Passivos financeiros</b>								
Fornecedores	285.036	285.036	2.049	10.609	272.378	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	13.386.491	13.386.491	274.066	13.104.853	7.572	-	-	-
Encargos financeiros	360.926	360.926	359.680	-	1.246	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14.032.453</b>	<b>14.032.453</b>	<b>635.795</b>	<b>13.115.462</b>	<b>281.196</b>	-	-	-

### 30.4 Garantias bancárias

Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Companhia possui operações de fiança bancária emitidas por prazo indeterminado, em sua maioria para garantia de suspensão de exigibilidade de processos de execução fiscal no montante total, atualizado em 31 de dezembro de 2016, de R\$2.072.005 (31 de dezembro de 2015 R\$1.852.771). O montante total originalmente contratado é de R\$1.132.743.

Banco	Valor contratado	Valor atualizado	Indexador	Prazo
Bradesco	607.850	980.901	Selic	Indeterminado
Bradesco	53.978	81.900	VRTE	Indeterminado
Votorantim	100.947	374.044	Selic	Indeterminado
Itaú	276.052	506.358	Selic	Indeterminado
Itaú	67.662	80.636	IPCA-E	Indeterminado
Safra	26.254	48.166	INPC	Indeterminado
<b>Total</b>	<b>1.132.743</b>	<b>2.072.005</b>	-	-

### 30.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a liquidez, gerenciando o custo do capital de forma a minimizá-lo, e, ao mesmo tempo, oferecer retorno sustentável e adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração usualmente monitora seu nível de endividamento, alinhado à sua política de dividendos, que, por sua vez, segue as diretrizes dos acionistas.

A Companhia monitora e gerencia os níveis de alavancagem financeira de acordo com os padrões de mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos na forma de *financial covenants* (*Net Debt/EBITDA*). O *Net Debt/EBITDA* é um índice que corresponde à dívida líquida em comparação com a geração de caixa da Companhia, medida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Em 2016, com a paralisação de suas atividades operacionais, a Companhia não conseguiu cumprir o limite do *Net Debt/ EBITDA* de 4:1 em seus contratos financeiros.

Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, como a dívida líquida:

	2016	2015
Total dos empréstimos e financiamentos	13.747.417	15.179.290
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em caixa restrito	(57.908)	(1.905.612)
Dívida líquida	13.689.509	13.273.678
Total do patrimônio líquido	(6.922.006)	(1.653.264)
Total do capital	6.767.503	11.620.414
Índice de alavancagem financeira	202%	114%

Em condições normais, a análise dos referidos indicadores, suporta o processo de gestão de capital de giro, de forma a manter o grau de alavancagem da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera adequado.

### 30.6 Hierarquia de valor justo

A Companhia considera "valor justo" como o preço que seria obtido na venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data da mensuração (preço de saída). A Companhia utiliza os dados de mercado ou de premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo premissas acerca de riscos e os riscos inerentes aos inputs utilizados na técnica de avaliação. A Companhia aplica principalmente a abordagem de mercado para recorrer à mensuração do valor justo e se esforça para utilizar a melhor informação disponível. Conseqüentemente, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de inputs observáveis e minimiza o uso de inputs não observáveis. A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo com base nos inputs observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os inputs utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são os seguintes:

- Nível 1. Mercado ativo: preço cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associações de mercado por entidades que visam

ter preços divulgados por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente o mesmo, uma análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isenta de outros interesses e motivada por considerações comerciais.
- Nível 3. Sem mercado ativo: instrumentos de capital próprio – Valor justo de investimentos em ações/participações acionárias ou patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivativos que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações/participações não negociadas.

	Hierarquia de valor justo			
	Saldo em 2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	47.947	47.947	-	-

### 30.7 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão vinculados à variação da Libor para financiamentos de longo prazo, do IGP-DI para operações no país, e da Selic para aplicações financeiras.

Com a finalidade de identificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras no Brasil e no exterior, ao qual a

Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções de mercado e na taxa de juros oficial (Selic), válida na referida data, a Companhia julgou razoável considerar a taxa de 13,65% a.a. de Selic para efeito de análise de sensibilidade. E também com base na taxa de juros oficial americana (Fed Funds), válida na referida data, a Companhia julgou razoável considerar a taxa de 0,75% a.a. para efeito de análise de sensibilidade. As referidas taxas foram definidas como cenário provável I. A partir das taxas estabelecidas para o respectivos cenários prováveis, foram elaborados mais dois cenários, II e III, para cada tipo de taxa mencionada, com variação negativa de 25% e 50%, respectivamente.

	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras disponíveis no país	Selic	13,65% a.a.	10,24% a.a.	6,83% a.a.
Rendimentos em 31 de dezembro de 2016	-	1.077	1.040	1.003
Aplicações financeiras disponíveis no exterior	Fed Funds	0,75% a.a.	0,56% a.a.	0,38% a.a.
Rendimentos em 31 de dezembro de 2016	-	1.198	1.196	1.194

A simulação para verificação da sensibilidade definida abrangeu o período dos 12 meses anteriores (valores correspondentes aos rendimentos obtidos no período considerando as taxas utilizadas nos cenários avaliados, vigentes em 31 de dezembro de 2016).

Com o intuito de identificar a sensibilidade do indexador, nas dívidas de natureza de longo prazo, ao qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes, de forma a abranger o período dos 12 meses seguintes. Com base no índice acumulado de IGP-DI e na taxa Libor válida para 12 meses, vigentes em 31 de dezembro de 2016, a Companhia definiu um cenário provável e outros dois cenários adicionais, a partir do primeiro - cenários II e III, com elevação de 25% e 50%, respectivamente.

	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos no exterior	Libor	1,3177% a.a.	1,6471% a.a.	1,9765% a.a.
Juros em 31 de dezembro de 2016		69.478	86.848	104.217
Empréstimos e financiamentos no país	IGP-DI	6,7389% a.a.	8,4236% a.a.	10,1084% a.a.
Juros em 31 de dezembro de 2016		764	955	1.146

Valores correspondentes aos indexadores, sobre o valor total da dívida em dólar, que é indexada à taxa de juros variável da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, com repagamento apenas no final do período (efeito de simulação).

De forma a identificar a sensibilidade de variações decorrentes de moeda estrangeira às quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes, sendo que os cenários II e III contemplam redução da taxa cambial de 25% e 50%, respectivamente, a partir do primeiro, denominado cenário provável I.

	Exposição (R\$)	Cenário provável I (US\$)	Cenário II (US\$)	Cenário III (US\$)
<b>Passivo financeiro</b>				
Taxa cambial - (Risco - R\$/US\$)	-	3,2585	2,4439	1,6293
<b>Total ativo</b>	3.697.026	1.134.579	1.512.772	2.269.158
<b>Total passivo</b>	(12.962.713)	(3.978.123)	(5.304.164)	(7.956.246)
<b>Exposição líquida em Reais registrada no balanço</b>	<b>(9.265.687)</b>	<b>(2.843.544)</b>	<b>(3.791.391)</b>	<b>(5.687.087)</b>

## 31. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada com base nos indicadores de classificação de crédito (se houver) e/ou nas informações históricas das contrapartes em relação à Companhia, no que se refere, especificamente, ao tempo de relacionamento e nível de inadimplência.

### 31.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo</b>				
Grau de Investimento ( <i>Investment Grade</i> )	47.712	1.799.138	57.652	1.822.801
Abaixo de Grau de Investimento ( <i>Non-Investment Grade</i> )	-	-	-	-
	<b>47.712</b>	<b>1.799.138</b>	<b>57.652</b>	<b>1.822.801</b>

Foram incluídas nessa categoria contas correntes e aplicações financeiras em bancos.

### 31.2 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Contrapartes com Classificação Externa de Crédito (S&amp;P)</b>				
Grau de Investimento ( <i>Investment Grade</i> )	4.888	124.264	4.888	124.290
Abaixo de Grau de Investimento ( <i>Non-Investment Grade</i> )	13	126.697	13	126.696
<b>Contrapartes sem Classificação Externa de Crédito (S&amp;P)</b>				
Grupo 1 – clientes com até 5 anos de relacionamento	6.862	21.188	-331	19.931
Grupo 2 – clientes com mais de 5 anos sem histórico de inadimplência	92	37.238	92	40.000
Grupo 3 – clientes com mais de 5 anos com baixo histórico de inadimplência	8.129	31.017	9.456	31.017
Grupo 4 – clientes no país e que não são de minério de ferro	24.669	6.519	24.669	6.519
<b>Transferência de estoque entre empresas do mesmo grupo econômico</b>	-	173.237	-	-
	<b>44.653</b>	<b>520.160</b>	<b>38.787</b>	<b>348.453</b>

## 32. COBERTURA DE SEGUROS

A fim de mitigar parcialmente os riscos e considerando a natureza de suas operações, a Companhia contrata diversas modalidades de apólices de seguro. As apólices estão em linha com a política de gestão de riscos, as diretrizes de seus comitês de gestão e são semelhantes às apólices contratadas por outras empresas na mesma linha de negócios da Samarco. As coberturas dessas apólices incluem: seguro de vida e de acidentes pessoais, frota de veículos, seguros de responsabilidade civil, riscos diversos, garantias e outros.

A política de Responsabilidade Civil foi renovada até 12 de março de 2018 com a eliminação da cobertura por (i) poluição súbita e (ii) barragens, em razão do incidente ocorrido.

Além disso, a Samarco mantém uma apólice de seguro de responsabilidade global com cobertura para diretores e administradores, que foi renovada até 10 de Março de 2018. Este seguro cobre os membros do conselho de administração, diretoria, conselho fiscal e qualquer outro órgão mencionado no estatuto social, bem como determinados empregados nos níveis de administração e estratégicos, tanto na companhia como em suas controladoras (coletivamente denominadas "Seguradas"). A apólice cobre perdas financeiras resultantes de reclamações contra o segurado por atos e omissões no exercício de suas funções de contratação. Abrange também os acordos previamente autorizados pela seguradora com a finalidade de encerrar ações judiciais ou administrativas e cobertura para pagamento de custos de defesa do segurado, se e quando incorridos.

O seguro de riscos operacionais encontra-se suspenso de contratação devido a interrupção temporária de nossas atividades operacionais, entretanto, a Companhia mantém o relacionamento com o mercado no que diz respeito ao seguro patrimonial, para que, tão logo tenhamos as autorizações necessárias para a retomada operacional, possamos restabelecer a contratação do seguro para nossas atividades.

## 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre o encerramento do exercício – 31 de dezembro de 2016 – e a data de autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações, ocorreram os seguintes eventos:

- Ações de R\$20.000.000 e R\$155.000.000 - Acordo Preliminar A Samarco, em conjunto com seus acionistas Vale e BHP e o MPF - Ministério Público Federal, firmaram acordo preliminar em 18 de janeiro de 2017, conforme Nota 3 (h).
- Auto Infração nº95704/2017 SUCFIS (SEMAD)  
Em maio de 2017 a Samarco foi notificada da lavratura do Auto de Infração nº 95704/2017 pela SUCFIS (SEMAD) que aplicou multa no valor de R\$180.880.979, sob o seguinte fundamento: "Provocar morte de peixes no córrego Santarém, rio Gualaxo do Norte, rio do Carmo e rio Doce, pela alteração na qualidade da água ou redução do índice de oxigenação". Este Auto foi lavrado em substituição ao AI nº 1783/2016, cuja multa totalizava R\$62.606.694,27, que foi contestado pela Samarco em 30/03/2016 e cancelado em 02/05/2017 pela SEMAD diante do reconhecimento de

vícios da autuação. O valor da multa inicialmente aplicada foi majorado em razão de suposta reincidência genérica (baseada no AI nº 167286/2013) e ainda sob o fundamento da ocorrência de agravantes. A Samarco apresentou defesa em 19/06/2017 e classificou o caso como possível.

- (c) Empréstimos para suportar atividades operacionais  
Conforme detalhado na nota 1(b), no segundo semestre de 2017, os acionistas Vale e BHP se comprometeram a realizar empréstimos para suportar as necessidades operacionais da Companhia e para fazer frente aos programas do TTAC ainda sob a tutela da Samarco.
- (d) Obtenção de Licenças  
A Companhia continua avançando nas etapas de licenciamento ambiental no Complexo de Germano conforme detalhado na nota 1(b).

# SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

### MEMBROS EFETIVOS

Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão (presidente)

Paulo Fernando Teixeira Souto de Souza

Silmar Magalhães Silva

### SUPLENTE

Juan Franco Merlini

Leonardo Eyer Harris

Sergio Consoli Fernandes

### DIRETORIA

Roberto Lúcio Nunes de Carvalho

*Diretor-presidente*

Leonardo Sarlo Wilken

*Diretor Comercial*

Luis Eduardo Fischman

*Diretor Financeiro*

Maury de Souza Júnior

*Diretor de Projetos e Ecoeficiência*

Rodrigo Alvarenga Vilela

*Diretor de Operações e Infraestrutura*

### RESPONSÁVEL TÉCNICO

Lucas Brandão Filho

*Contador - CRC-MG 046442/O - T ES*

---

